

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Sexismo no Ambiente Acadêmico-Profissional:
Influências no bem-estar e na auto-estima

Joel Marcos Spadoni

Goiânia-Goiás
Setembro de 2006

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Sexismo no Ambiente Acadêmico-Profissional:
Influências no bem-estar e na auto-estima**

Joel Marcos Spadoni

Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres

Goiânia-Goiás
Setembro de 2006

S732s

Spadoni, Joel Marcos.

Sexismo no ambiente acadêmico-profissional : influências no bem-estar e na auto-estima / Joel Marcos Spadoni. – Goiânia, 2006.

86 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, 2006. “Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres”.

1. Mulher. 2. Preconceito – mulher. 3. Sexismo. 4. Gênero. 5. Discriminação – mulher. I. Título.

CDU: 396(043)

316.6(0943)

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autor: Joel Marcos Spadoni

Título: Sexismo no Ambiente Profissional: Influências no bem-estar e na auto-estima

Data de avaliação:

Banca Examinadora

Avaliação

Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres
Universidade Católica de Goiás
Presidente

Nota ou Grau

Prof^a. Dr^a. Flávia Regina C. Vieira
Universidade Anhanguera
Membro Convidado

Nota ou Grau

Prof^a. Dr^a. Helenides Mendonça
Universidade Católica de Goiás
Membro Convidado

Nota ou Grau

Goiânia-Goiás
Setembro de 2006

Venho de uma família de mulheres fortes e este trabalho é dedicado a elas, especialmente às minhas avós **Líbia e Lila**, trabalhadoras e acima de tudo destemidas. Enfrentaram a discriminação e receberam admiração em vida. Deixaram um rastro na família, que hoje é representado por minha mãe **Nelci**, minhas irmãs **Lenise e Lila**, minha tia **Lídia**, minha prima-irmã **Sandra** e mais recentemente por minha esposa **Lívia**. A elas a minha admiração.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, pelo sustento, pela fé e companhia. Sinto sua presença todos os dias.

A minha amada esposa *Livia*, pelo incentivo, paciência e amor que alegam meus dias e me fazem mais feliz.

A meus pais *Benjamin e Nelci*, pelo investimento na minha carreira por acreditarem no caminho do conhecimento. Não só por isso, mas principalmente pelo amor que sinto em cada palavra, pelas orações, pela torcida e exemplo de vida.

A minha irmã *Lenise*, pelo apoio que é fundamental e pelo carinho que é sempre abundante.

A minha irmã *Lila*, minha colega e amiga de todas as horas. Muito obrigado pelo exemplo, pelo incentivo e pela sua dedicação que contagia e me faz pensar em seguir adiante.

A minha querida prima-irmã *Sandra*, que participou deste sonho desde a seleção até a defesa, me hospedando em sua casa e me fazendo sentir parte de sua família.

A minha orientadora *Ana Raquel Rosas Torres* que me apresentou um novo mundo na psicologia. Ensinou-me pesquisa, ética, postura de trabalho, relacionamento com colegas e com alunos. Aprendi muito com você e a tenho como um modelo de profissional. Sua dedicação e paciência me incentivam a seguir no caminho da pesquisa.

Aos professores do programa de mestrado da Universidade Católica de Goiás que contribuíram com conhecimento e uma relação amistosa e cordial.

Aos professores da Faculdade de Psicologia da Universidade de Rio Verde, pelo incentivo e amizade.

Aos professores e diretores da Universidade de Rio Verde que de maneira direta ou indireta ajudaram na realização deste projeto: *Maria Flavina, Anamaria, Débora, Ednéia, Salete, Brás ...*

Especialmente a amiga e professora Ms. *Umbelina do Rego Leite* que me ajudou nas análises não medindo esforços para que este projeto fosse adiante. Reconheço sua dedicação e amizade e tenho com você uma dívida de gratidão.

Aos amigos *Erik, Aline e Ferdinando* pelo incentivo e pelo espírito científico. Em especial a *Aline* que revisou e corrigiu o texto final.

As alunas *Vera e Angélica* que prontamente me ajudaram na coleta de dados.

"Cecília, és tão forte e tão frágil. Como a onda ao termo da luta. Mas a onda é água que afoga: Tu, não, és enxuta."

Manuel Bandeira.

SUMÁRIO

FOLHA DE AVALIAÇÃO	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
EPÍGRAFE	v
SUMÁRIO.....	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
CAPÍTULO I	1
A MULHER NO TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO	1
1.1. A mulher e o trabalho	16
1.2. Como o preconceito tem sido estudado na psicologia social.....	17
CAPÍTULO II - ARTIGO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
Anexo I: Instrumento.....	69
Anexo II: Análise da escala de bem-estar	80
Anexo III: Análise da escala de auto-estima.....	83
Anexo IV: Análise da escala de identidade social	85

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Quadro de comparação entre o sexismo hostil e o sexismo benévolo	34
FIGURA 2: Boxplot de bem-estar psicológico, auto-estima e identidade social	50
FIGURA 3: Gráfico de linha da média do controle de manipulação por contexto social e contexto da discriminação	52
FIGURA 4: Gráfico de linha da média da auto-estima pelo contexto social e contexto da discriminação	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Porcentagem de participantes de acordo com o curso matriculado.....	46
TABELA 2: Dados descritivos e teste t do controle da manipulação entre o contexto da discriminação	51
TABELA 3: Dados descritivos e teste t entre o controle da manipulação e o contexto social	53
TABELA 4: Teste dos efeitos entre os grupos (Test of Between-Subjects Effects).....	54
TABELA 5: Dados descritivos do bem-estar psicossocial em função do contexto da discriminação e do contexto social	55
TABELA 6: Dados descritivos da auto-estima em função do contexto da discriminação e do contexto social.....	56
TABELA 7: Dados descritivos da identidade social em função do contexto da discriminação e do contexto social.....	57
TABELA 8: Dados descritivos e teste estatístico do bem-estar, auto-estima e identidade em função da percepção da discriminação.....	59

RESUMO

Este trabalho se propôs a investigar o impacto da discriminação contra a mulher no ambiente profissional no seu bem-estar biopsicossocial. Em uma amostra de 229 alunas de uma universidade privada no interior de Goiás, foi avaliada a percepção da discriminação generalizada e seus efeitos nos referenciais emocionais como bem-estar psicológico, auto-estima e identidade social. A amostra era composta por alunas de cursos considerados masculinos e femininos que responderam um questionário que continha uma escala de bem-estar, uma de auto-estima e uma de identidade social. No entanto, antes de respondê-las, metade das alunas lia uma estória com conteúdo de sexismo generalizado. A outra metade lia uma estória de conteúdo de sexismo raro. Após a leitura deveriam responder se concordavam ou discordavam do conteúdo. Constatou-se que a manipulação dos conteúdos de sexismo generalizado e raro surtiu efeito. Os resultados também apontam que o bem-estar e a auto-estima se mostraram negativamente influenciados pelo sexismo. Entretanto, esperava-se no contexto social masculino, uma maior influência negativa sobre os referenciais emocionais do que no contexto social feminino. Isto não foi observado. Discute-se os resultados, fundamentado nas teorias sobre preconceito, presentes na psicologia social.

Palavras-chaves: preconceito, discriminação, gênero, saúde.

ABSTRACT

This research investigated the impact of discrimination against women in their working place and in their biopsychosocial well-being. In a sample of 229 female students of a private university in the interior region of Goiás, was evaluated the perception of the pervasiveness gender discrimination and its effects in the emotional references, as psychological well-being, self-esteem and social identity. The sample was composed by female students of courses considered to be masculine or feminine that answered a questionnaire composed by a scale of psychological well-being, one scale of self-esteem and one of social identity. Before answer them, half of the students read a story with a rare gender discrimination content. The other half read a story with a pervasive gender discrimination content. After reading, they should answer if they agreed or disagreed with its contents. It was verified that the manipulation of the contents being rare or pervasive had effect on women. The results also indicate that well-being and self-esteem showed negatively influenced. However, we expected that in male social context a higher negative influence on emotional references instead of female social context. This was not observed. The results are discussed based on theories about prejudice in social psychology.

Key words: prejudice, discrimination, gender, health.

Capítulo I

CAPÍTULO I

A MULHER NO TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO

Este trabalho tem dois objetivos. Primeiro, investigar o preconceito contra as mulheres no ambiente acadêmico-profissional e, segundo, analisar o impacto da percepção da discriminação generalizada no bem-estar físico e psicológico, na auto-estima e na identidade social dessas mulheres. Para isso, este trabalho se divide em dois capítulos sendo que o primeiro capítulo é composto por duas partes. Na primeira parte será abordado como o trabalho feminino se desenvolveu ao longo da história e as conquistas sociais da mulher; na segunda será abordado como a psicologia social tem estudado o preconceito. No segundo capítulo apresentaremos o artigo, produto final deste trabalho.

1.1. A mulher e o trabalho

Ao longo da história observam-se evidências do trabalho feminino. Segundo Gardey (2003), as mulheres sempre trabalharam desempenhando atividades domésticas, comerciantes e campesinas. A história não nega ou esconde o trabalho feminino ao longo do desenvolvimento da civilização. Essa autora destaca três momentos na história contemporânea que marcaram o papel da mulher no trabalho. Num primeiro momento, predomina a noção de trabalho da mulher, ou o simples fato de sua existência. O trabalho feminino sempre existiu, sendo desempenhado dentro ou fora de casa. Entretanto, era uma atividade laboral não valorizada e nem tampouco percebida pela sociedade. Num segundo momento, passa-se a perceber a mulher assalariada. Esta ganha visibilidade social à medida que conquista mais

postos fora de casa. Finalmente num terceiro momento, a história marca o acesso das mulheres às novas profissões ancoradas nos movimentos sociais do início do século XX. A pergunta que fazemos aqui a partir desses dados é: será que essa entrada no mercado de trabalho significa que as mulheres vão competir em pé de igualdade com os homens em todas as profissões? Será que existe realmente a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho? Se existir, quais são seus efeitos no bem-estar psicossocial das mulheres?

O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos reza que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Assim, de acordo com ela, fenômenos tais como preconceito e discriminação não deveriam existir.

No Brasil, a lei conhecida como Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390 de 3 de julho de 1951) atribui crime a quem por algum motivo qualquer manifestar preconceito de raça ou de cor, instituindo pena de até um ano de detenção e multa. Entretanto no decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal brasileiro, observa-se a primeira tentativa legal de estabelecer que a ofensa ou injúria à dignidade de alguém pode levar a pena de até um ano de detenção. Em 1970 com a resolução nº 93 do Senado Federal, em seu regimento interno, fica vedado ao senador fazer pronunciamentos que demonstrem preconceito de raça, de religião ou de classe. Mas só em 1985, com a lei Caó (Lei nº 7.437 de 20 de dezembro de 1985), que a questão do sexo é incluída na constituição brasileira. Essa lei vem dar nova redação à lei Afonso Arinos fazendo a inclusão entre as contravenções penais da “prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil”. A Constituição Federal de 1988, ao tratar sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, reza no artigo 5º que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Menos de um ano depois a lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Em seu artigo 1º fica estabelecido que

“Serão punidos, na forma desta Lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

É importante ressaltar que em quase 70 anos de legislação brasileira acerca do preconceito, a temática é quase sempre a mesma: raça e cor. Apenas em 1985 com a lei Caó que o quesito sexo é acrescentado. Levaram 45 anos para que as diferenças sociais observadas como objeto de discriminação entre os sexos fossem consideradas e incluídas na lei pioneira sobre o preconceito no Brasil.

Aqui, cabe-nos perguntar se esses avanços na legislação brasileira têm feito com que o preconceito e a discriminação desapareçam em nosso país. Segundo Myers (1996), a partir da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as sociedades têm se tornado cada vez mais preocupadas com a questão da discriminação a fim de evitar que os horrores da Segunda Guerra Mundial se repitam. No entanto, segundo o autor, a legislação rígida contra a discriminação existente na grande maioria dos países ocidentais bem como o surgimento de uma norma social que não aceita demonstrações explícitas de preconceito contra minorias sociais vem fazendo com esse fenômeno adquira novas faces. Assim, o preconceito sutil está substituindo o preconceito clamoroso, aberto e por isso mesmo está sendo chamado por alguns autores de racismo moderno. Cabe aqui esclarecer os conceitos de preconceito, discriminação e racismo uma vez que estão atrelados, porém não são sinônimos.

Em sua obra “Prejudice: its social psychology”, Brown (1995, p. 6) apresenta três definições clássicas de preconceito. A primeira delas é a de Allport (1954) que diz que “Preconceito étnico é uma antipatia baseada em uma generalização falsa e inflexível. Pode ser sentida ou expressa. Pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro daquele grupo”. A segunda estabelece que “é o prejulgamento negativo de membros de uma raça ou religião ou de ocupantes de qualquer outro papel social significante, está sustentado no não julgamento dos fatos que o contradizem” (Jones, 1972) e a terceira, mais

recente, parte do princípio de que o preconceito é “uma atitude negativa injustificada em direção a um indivíduo baseada unicamente na pertença do indivíduo a um grupo.” (Worchel, 1988). Tais definições estão baseadas em um sentimento ou atitude negativo ou uma antipatia dirigida a outrem ou a um grupo. Entretanto as diferentes definições trazem dois pontos de vista em comum; o de que o fenômeno do preconceito é considerado uma orientação social, mesmo que seja dirigido à um indivíduo ou à um grupo de pessoas – e isso pode ser explicado pelas relações de pertencimento estabelecidas com os grupos; também porque os referidos autores dão atenção especial ao aspecto negativo do preconceito.

Brown (1995) discute essas definições de preconceito dizendo que este fenômeno não está necessariamente atrelado a crenças falsas ou irracionais e isto pode ser explicado por três fatores: primeiro porque se o preconceito está fundamentado em idéias erradas, deve-se também estabelecer que exista algo que o corrija. Em segundo lugar encontra-se o problema de que para se incluir valores verdadeiros na definição de preconceito, atropela-se o caráter da relatividade que existe na percepção dos grupos. Isto quer dizer que cada grupo avalia seus próprios valores como melhores ou superiores aos dos outros grupos. O terceiro fator é que essas teorias tradicionais de preconceito geralmente esvaziam previamente a análise das origens e funções do pensamento preconceituoso.

Visto que a conceituação de preconceito preconiza a teoria como algo abstrato, torna-se necessário estabelecer como isso acontece na prática. Segundo Rodrigues (1999) o preconceito é uma atitude e como tal pode ser também classificado. Deste modo possui componentes cognitivo, afetivo e comportamental. É sobre este último que passaremos a referir agora. A discriminação se constitui no componente comportamental do preconceito, na ação, que pode ser percebida pelos atos agressivos, pelas palavras hostis que são proferidas contra determinadas pessoas ou grupos. É a prática do preconceito. É pela discriminação que

o homem expressa seus pensamentos e sentimentos preconceituosos. Dessa forma ela se transforma no veículo pelo qual o preconceito se manifesta.

Para compreender o racismo, tomemos a definição de Guimarães (1999, p. 105). Partindo da premissa da desigualdade entre os seres humanos, o referido autor diz que o racismo “é um sistema que reproduz as desigualdades”. Tal sistema é constituído em doutrinas que pregam a desigualdade que possibilitam a existência de atitudes que expressam o preconceito destinado a um grupo onde seus membros são tidos como inferiores na sociedade.

Contra a ideia de Rodrigues (1999) de que o preconceito é uma atitude, Lima e Vala (2004) argumentam que apesar do racismo ser uma das formas possíveis de preconceito, ele é mais que uma atitude porque

“constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada) a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento” (p. 402).

O racismo toma grandes proporções porque estabelece a diferença no corpo, na pele, em alguma marca intrínseca à pessoa ou grupo. Com as mulheres não parece ser muito diferente. O sexismo, que é o preconceito contra as mulheres (Lima & Vala, 2004), funda-se na diferença física, na diferença do corpo feminino. Formiga e cols. (2002) apresentam o sexismo como uma ideologia que surge ainda no século XIX a partir das mudanças sócio-políticas que mostraram a desigualdade sofrida pelas mulheres. Assim o sexismo surge para estabelecer direitos de igualdade numa sociedade desigual, que se manifesta no papel social

reservado a cada um. Ao homem cabe viver o mundo, o trabalho, o sustento do lar. À mulher resta a vida familiar presa às atividades domésticas.

O preconceito racial no Brasil tem se caracterizado por ser algo pertencente ao mundo implícito, velado. Fica difícil para o brasileiro assumir o preconceito racial explicitamente uma vez que a miscigenação é grande (Lima & Vala, 2004). Fica igualmente difícil definir quem é negro ou não. No entanto, no caso da mulher, a discriminação não acontece de modo tão velado. Quando se fala do preconceito contra a mulher, está se referindo ao papel social do homem e da mulher. À medida que a mulher foi conquistando seu espaço no mercado de trabalho, foi também modificando seu papel social. Esta mudança de paradigma produziu na sociedade uma inadequação do saber popular, como se a ordem natural da vida tivesse sido alterada. O que era seguro e certo, no conhecimento popular, das atividades domésticas da mulher e das atividades de trabalho e sociais do homem, foi invertido e a cada dia se alteram, num movimento de permitir tudo aos homens e pouco às mulheres.

Isto pode ser verificado com os dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos (2003), acerca do perfil social, racial e de gênero nas 500 maiores empresas do Brasil. Essa pesquisa revela que a presença da mulher no mercado de trabalho ainda é tímida. Elas representam 9% dos cargos executivos, 18% dos cargos de gerência, 28% dos de chefia e 35% dos funcionais. Isso mostra que quanto mais o cargo requeira uma profissional qualificada, especializada ou que desempenhe uma posição de poder e prestígio, a presença da mulher diminui. Nos cargos onde não requer especialização, sua presença é maior.

Dados publicados pelo IBGE, coletados no ano de 2002¹, revelam que no Brasil a mulher entra no mercado de trabalho basicamente de duas maneiras: ou retarda a sua entrada para estudar e se qualificar e, portanto tornar-se mais competitiva, ou entra

¹ O IBGE ainda não divulgou dados mais recentes sobre esse tema.

precocemente para complementar a renda familiar. Revela ainda que o número de mulheres ocupadas tinha em média um ano a mais de estudo que os homens, entretanto recebiam em média 70% do rendimento deles. Se analisarmos o rendimento médio mensal da população ocupada veremos que na Região Centro-Oeste a mulher ganha 68% da média do homem. Em Goiás a mulher ganha 62% do rendimento médio mensal do homem.

Um olhar mais atento desses dados mostra que quanto mais anos de estudo a mulher tem, menor é a sua chance no mercado de trabalho. Em média, as mulheres ganham 58% do que os homens com o mesmo nível de instrução. Na Região Centro-Oeste as mulheres ganham 55% do rendimento médio mensal dos homens e, finalmente, em Goiás elas ganham 50% do que os homens ganham e isto com os mesmos anos de estudo. Há que se notar que no Brasil existem 37,1% de mulheres com mais de onze anos de estudo contra 26,6% de homens. As mulheres apresentam 10,5% a mais de preparo acadêmico que os homens, estão mais bem qualificadas e nem por isso suas chances são pelo menos iguais às do homem. O que espanta é perceber que a maior concentração de mulheres no trabalho é na faixa salarial de meio a um salário mínimo, na proporção do dobro que os homens, ou seja, onde o trabalho é desvalorizado, é “permitido socialmente” à mulher trabalhar.

De modo semelhante, Pek e Leong (2003) debatem o tema do preconceito em relação ao gênero num estudo realizado em Singapura e ressaltam que lá as mulheres ganham menos que os homens, apesar de terem mais experiência e uma melhor educação formal que os homens. Tal estudo demonstra que existe uma proximidade entre o trabalho da mulher brasileira e a de Singapura, e infelizmente, uma semelhança triste de discriminação.

Segundo Maruani e Hirata (2003), a diferença de sexo no mercado de trabalho tanto no caso da Europa como no do Brasil é marcada por um aumento da atividade feminina nos últimos trinta anos, por uma similaridade na relação entre as taxas de desemprego dos homens e das mulheres, e também pela precariedade e vulnerabilidade da mulher no emprego,

onde os índices são maiores no grupo das mulheres. As autoras ainda destacam: “A feminização do mercado de trabalho ainda é real, mas inacabada, incompleta, tanto que se fez sob o signo da desigualdade e da precariedade.” (2003, p.21).

Estudos realizados na França por Maruani e Hirata (2003) comprovam a desigualdade. Dados de 1997 revelam que 80% de mulheres trabalham no setor terciário, contra 50% de homens; 90% das mulheres são assalariadas, contra 84% de homens; 80% das mulheres de 25 a 49 anos são ativas, o que leva a supor que a grande maioria das mulheres não interrompe sua atividade quando têm filhos. Ainda, ao analisar a escolaridade, até a universidade, em todas as camadas sociais, as mulheres se saem melhor que os homens. No entanto, apesar de serem mais instruídas, ganham menos e estão aglomeradas num pequeno número de profissões consideradas como femininas.

Numa tentativa de explicar como homens e mulheres se organizam na sociedade e são analisados e avaliados por ela, Amâncio (1994) diz que se partindo das diferenças entre os sexos até chegar-se à diferenciação social de homens e mulheres, a psicologia produziu conhecimento classificando essas diferenças em três grupos: primeiramente entre duas espécies, depois como duas personalidades e finalmente como duas categorias sociais. Cada um desses grupos reflete um pensamento psicológico fundamentado nas crenças majoritárias de seu tempo.

No primeiro grupo, acreditava-se numa inferioridade natural da mulher que era justificada e legitimada nas teorias biológicas que garantiam ao homem uma vantagem lógica. Procedimentos tais como tomar a medida da cabeça de homens e mulheres atestavam a superioridade intelectual masculina mediante sua evidente superioridade de tamanho; a hipótese da variabilidade do sexo masculino, que dizia não encontrar entre os gênios e as pessoas de destaque na sociedade, representantes do sexo feminino; o funcionamento hormonal que explicava a instabilidade emocional da mulher e a agressividade do homem e

finalmente a programação biológica para a maternidade, coroando a mulher com o instinto maternal, eram usados para explicar as diferenças garantindo ao homem um lugar de poder.

No segundo grupo, o que classifica essas diferenças como dois tipos de personalidade, uma teoria da psicologia clínica – a psicanálise – e outra da sociologia são usadas como recurso explicativo de como o poder masculino contribuiu para a criação e manutenção de mitos sobre a mulher. Segundo Amâncio (1994), a teoria de Freud dá grande importância ao desenvolvimento sexual da infância e da puberdade e, ao mesmo tempo, coloca a mulher numa posição de desvantagem relacionada com os conceitos de inveja do pênis e do complexo de castração vivenciados no complexo de Édipo. Esta vivência já marca, desde a infância, as diferenças entre o caráter masculino e o caráter feminino. A contribuição da sociologia vem pela teoria da estrutura familiar e socialização de papéis de Parsons (1956), que define os papéis sexuais de homens e mulheres segundo o modelo da família. Homem (pai) mantenedor e mulher (mãe) manutenção do equilíbrio familiar. Dessa forma os valores tradicionais da sociedade seriam mantidos.

O terceiro grupo, o das categorias sociais, pretende investigar as características e atividades masculinas e as características e atividades femininas sob o prisma das esferas pública e privada. Parte-se de uma análise da teoria marxista, que ao analisar a estrutura familiar e a mulher desempenhando trabalho na sociedade, estabelece como universal o desempenho das atividades domésticas pelas mulheres, permanecendo neste universo, a mulher é dominada pelo homem que detém o universo social, fora da esfera doméstica.

De modo parecido, Rodrigues e Amâncio (2003, p. 1089) comentam que o poder deve ser visto numa “forma mais sutil e implícita, que molda as percepções, cognições e preferências dos elementos dos grupos dominados para que a ordem vigente não seja contestada”. Através desses anos de dominação, o poder masculino caracterizou-se como uma forma de manutenção deste *status quo*. Esta forma implícita que caracteriza as relações de

poder determina a forma de agir dos grupos minoritários, que se mantêm dominados para se sentirem mais seguros pertencentes a um contexto sócio-cultural. Rodrigues e Amâncio (2003) ainda ressaltam que esta diferença marcada pelo poder produz a imagem de uma mulher estigmatizada como um indivíduo “deficiente” que precisa se aproximar do universo dominante de poder. Nota-se que estão escondidos nas idéias dos papéis sociais as questões sobre poder e domínio (masculinos), neutralidade, deficiência e incapacidade (femininos). Ao homem sempre coube trabalhar e garantir para a família um sustento digno. Para isto, faz-se mister ser eficiente e produtivo, dominar os meios de produção e realizar o seu trabalho. Para a mulher sobrou o papel do mundo doméstico que não precisa, necessariamente, de um domínio ou poder para exercê-lo.

A contribuição de Amâncio (1994) leva a refletir sobre a situação da mulher na sociedade atual. Apesar de hoje a mulher ter aparentemente seus direitos de estudo e trabalho garantidos, a sociedade está longe de ser chamada de igualitária, e de propiciar tal igualdade de gênero. Mulheres continuam ganhando menos que homens e tendo menos oportunidades de crescimento e promoções no trabalho. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005) mostra que a mulher precisa de 35% a mais de tempo para conseguir uma promoção no emprego do que o homem, isto quer dizer uma média de cerca de 10 anos. O estudo que foi realizado em grandes empresas do Brasil, constata que uma das causas para tal fenômeno pode ser a discriminação. Também assevera que a mulher tem uma ligação mais fraca com as empresas, pela licença maternidade, que faticamente afasta a mulher do trabalho por quatro meses. Evidência da desigualdade social de direitos. Parece que os três grupos descritos por Amâncio (1994) – duas espécies, duas personalidades e categorias sociais – estão a cada dia influenciando e determinando o funcionamento da sociedade. Não só os grupos de Amâncio (1994), como também a idéia de poder de Rodrigues e Amâncio (2003).

Sem falar diretamente sobre preconceito e discriminação, mas discutindo a questão do trabalho feminino Possatti e Dias (2002) apresentam como a multiplicidade de papéis que a mulher desempenha atualmente está relacionada com o seu bem-estar psicológico. Os autores falam que à medida que a mulher ingressa no mercado de trabalho e assume posições que antes eram desempenhadas apenas por homens, elas assumem também mais um papel social que nem sempre é valorizado pela sociedade e por isso apresentam índices mais altos de depressão que os homens, o que afeta negativamente seu bem-estar psicológico. Entretanto os autores também citam trabalhos que demonstram o contrário (Rosenfield, 1980; Verbrugge, 1983), isto é, que a atuação da mulher em múltiplos papéis sociais também pode produzir um efeito positivo em sua saúde física e mental, excetuando-se quando a mulher desempenha atividades laborais tradicionais. Também ressaltam a importância da qualidade dos papéis desempenhados uma vez que ela não está exposta somente a obrigações mas também a alguns privilégios (Marks, 1977 e Sieber, 1974).

Possatti e Dias (2002) ainda relacionam os índices de depressão e o bem-estar psicológico ao *distress*, que se caracteriza por ser uma tensão psicológica associada à depressão e ansiedade. Em seu trabalho foram listadas quatro características sociais básicas que se relacionam com a multiplicidade de papéis e que acabam por funcionar como estressores que fazem o *distress* acontecer, a saber: gênero – o índice é maior nas mulheres; casamento – nos solteiros o índice também é maior; eventos da vida indesejáveis – quanto mais negativos, maior o *distress*, e finalmente o *status* sócio-econômico que quanto menor, maior o índice de *distress*.

Carvalho (2003), em sua dissertação de mestrado, faz a distinção entre dois pólos de trabalho: o masculino e o feminino. Estes pólos estão fundamentados nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Desde muito cedo, as crianças aprendem a brincar e estabelecer suas brincadeiras nos papéis sociais. Meninas brincam de casinha, meninos de

carrinho. Meninas brincam de escolinha, meninos brincam de médico. Parece que, naturalmente, ao homem é destinado o espaço público, constituído pelo trabalho valorizado, pela produção, pela vida fora da esfera doméstica. À mulher fica reservado o espaço privado, da esfera íntima, doméstica e reprodutiva. Seguindo esta linha de pensamento, o pólo masculino está associado ao reconhecimento social de ganho, manutenção e provimento da família, esperando que o homem manifeste “assertividade, força e foco no sucesso material”. De modo semelhante, o pólo feminino está associado à cooperação e é esperado da mulher “modéstia, delicadeza e preocupação com a qualidade de vida”.

Segundo Baptista (1995), pertencer ao universo “do lar”, ou seja, ao pólo de trabalho feminino, tem um significado negativo e até vergonhoso. A divisão de trabalho é estabelecida por um limite geográfico – dentro e fora de casa – que também determina sua remuneração ou não. Trabalhar fora de casa significa ganhar dinheiro e reconhecimento social. O trabalho de dentro é intrínseco ao papel social feminino e por ser tão natural não merece e nem precisa de remuneração. Todavia a mulher para se estabelecer no trabalho, sofre e “vive a divisão em si mesma” (Baptista, 1995, p. 31). Quando a mulher escolhe viver também o pólo de trabalho masculino, escolhe enfrentar as dificuldades de se perceber um novo ser, que se expressa fora dos limites domésticos e passa pelas lutas diárias da discriminação. Assim, busca superá-las e deve apresentar brilhantemente tanto sua capacidade intelectual e como seu desempenho no trabalho para que isso justifique sua ausência do lar. O outro extremo dessa divisão pessoal a remete à condição natural de ser mulher e viver o pólo de dentro. Parece que o destino da mulher é viver oscilando entre os dois pólos, numa dura tentativa de conquistar uma nova identidade do ser. Esta nova identidade tem de modo intrínseco a marca da superação.

Há que se ressaltar o preconceito velado nesses conceitos como determinantes desses pólos, isto é, à medida que os pólos de trabalho masculino e feminino são definidos

tradicionalmente pelos papéis sociais, as mulheres sofrem a discriminação por estarem no lugar “errado”. O lugar socialmente destinado à elas é o território doméstico, por isso seu trabalho na esfera pública é visto como algo “errado socialmente”. Entretanto a manifestação aberta desse preconceito não é aceita mais de modo declarado. Para ser expressa deve ser velada (Pettigrew & Merteens, 1995)

De acordo com a revisão feita por De Souza, Baldwin e Rosa (2000), a luta do movimento feminista no Brasil recebeu três influências significativas, o que acarretou uma nova construção do papel social da mulher, principalmente no que diz respeito à família. A primeira influência diz respeito ao aspecto político. Quando a ditadura militar começou a sucumbir, precisou fazer concessões políticas, o que possibilitou as manifestações pela igualdade de direitos. As mulheres fizeram passeatas, encontros, conferências pelo Dia Internacional da Mulher, que, no conjunto, estabeleceram um marco no movimento feminista brasileiro. A segunda influência é a econômica, que inaugura a participação da mulher na população economicamente ativa. Neste momento o trabalho da mulher fora dos limites domésticos fica evidente em todos os estratos da sociedade e ela mostra seu trabalho desde atividades pouco valorizadas socialmente e conseqüentemente também pouco remuneradas até profissões de alto prestígio. Seu trabalho é, porém, discriminado, conforme atestam os dados de pesquisas oficiais discutidos anteriormente. A terceira grande influência mostra as mudanças conquistadas no âmbito da religião. Tanto a Teologia da Libertação como os cultos afro-brasileiros se solidarizam com as minorias sociais – pobres, negros e as mulheres. Como conseqüência as mulheres passaram a gozar de novos direitos que redefiniram o seu papel na família e ampliaram seu papel social.

Segundo De Souza e cols. (2000), o novo papel social da mulher passa pelo planejamento familiar, pelo cuidado com os filhos e pela luta contra a violência contra a mulher. Três questões do universo feminino de dentro de casa e intimamente ligadas ao

homem. Com o planejamento familiar a mulher ganhou autonomia sobre seu próprio corpo e sua sexualidade, mas a conquista mais significativa nesta questão é a escolha da maternidade ou de quando exercê-la. O controle de natalidade passa a ser visto como algo necessário e o governo se mobilizou para que a mulher pudesse ter acesso aos métodos contraceptivos e a conseqüente autonomia. A segunda questão, diretamente ligada ao controle de natalidade é o cuidado com os filhos. Se a gravidez dificulta o trabalho feminino, o cuidado com os filhos praticamente o impede. A alternativa encontrada para garantir o direito feminino ao trabalho foi a implementação das creches nas empresas e por parte do município. Porém, o funcionamento das creches sempre esteve influenciado por questões políticas que excluía a participação das mulheres e ao mesmo tempo foi explorado pelos políticos.

Por fim, a terceira questão, que diz respeito à violência contra a mulher, apresenta a conquista de uma nova mulher que não precisa mais esconder as violências que sofre no dia-a-dia em casa e fora dela. Entretanto, elas continuam omitindo da sociedade por causa da impunidade. De acordo com De Souza e cols. (2000), a impunidade desses crimes contra a mulher está baseada na defesa da honra, um forte argumento machista; na redação da lei com suas dificuldades de definir estupro, agressão, etc. e na inadequação da polícia para lidar com esses tipos de caso. Essas questões, que acabam por traçar o novo papel da mulher, estão relacionadas com o preconceito e sua conseqüente discriminação. Isto porque é um perfil no qual a sociedade ainda está se adaptando e por isso gera desconforto entre seus membros.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Holzmann (2000) ressalta que o movimento feminista trouxe avanços nos estudos sobre o trabalho da mulher. A grande contribuição a que ela se refere é que a partir do momento que os estudos passaram a considerar a classe operária como pertencente a dois sexos, ganhou em visibilidade e amplitude. Isto nos leva a questão dos pólos de trabalho masculino e trabalho feminino, aqui

representados pela concepção prática do “ser homem” e do “ser mulher” (Holzmann 2000, p. 260). Segundo a autora, na constituição do ser mulher, o esperado é que ela realize antes de tudo, ou de modo prioritário o trabalho doméstico para que se mantenha a estrutura familiar dentro de um contexto sócio-cultural adequado.

Segundo Marques e Amâncio (2003) a percepção da ameaça à identidade da profissão é marcada pela descaracterização do fenômeno para que não seja ameaçado este estado de dominância e para que se possa aproximar os dois mundos, masculino e feminino, como se a entrada da mulher não tivesse acrescentado nada a uma prática, mas sim se adaptado. O velamento do preconceito impede que a sociedade mude e somente repita um modelo já estabelecido. É interessante perceber como que para se adaptar a uma nova ordem social, as mulheres têm realizado grandes feitos, inclusive o de se masculinizar (Marques e Amâncio, 2003). Dito de outra maneira, para conseguir se firmar e se manter no trabalho, a mulher passou a manifestar características consideradas masculinas como determinação, assertividade, comando, etc. É como se para se sentir identificada com seu trabalho, a mulher precisasse se aproximar do universo masculino, assumir características que não são suas. Nessa trajetória, ela não imprimiu características femininas às profissões que assumiram. Foi uma mera repetição que engenheiras, médicas e advogadas fizeram, imitando os homens que são profissionais nessas categorias (Marques e Amâncio, 2003). Mais uma vez nos vemos diante da questão: existe sexismo no trabalho? O que acontece com a saúde da mulher quando ela percebe a existência de práticas discriminatórias no seu ambiente de trabalho? Essas são as perguntas que pretendemos responder neste trabalho.

Especificamente com relação a práticas discriminatórias no ambiente profissional, Carvalho (2003) investigou a influência da classificação de profissões em masculinas e femininas na avaliação do professor universitário. Seu objetivo era demonstrar que a avaliação feita pelos alunos dos seus professores poderia ser influenciada pelo sexo do

professor e pelo tipo de disciplina que ele leciona. Em outras palavras, as professoras que lecionavam em cursos considerados masculinos, como por exemplo, as engenharias, seriam avaliadas de forma mais negativa dos que seus colegas homens.

Para classificar as profissões como masculinas e femininas a autora realizou um primeiro estudo, aplicando 120 questionários em alunos universitários. À eles era apresentada uma lista com 40 profissões e perguntava-se quais as profissões que a sociedade considerava como sendo melhor desempenhada por homens ou por mulheres, Os resultados indicaram que, de uma maneira geral, as engenharias e as ciências exatas seriam, segundo os participantes, melhor desempenhadas por homens e as profissões das áreas sociais e humanas, por mulheres.

Os resultado obtidos por Carvalho (2003) no seu segundo estudo confirmaram sua hipótese principal. Assim, sistematicamente, as professoras que lecionavam em cursos considerados masculinos, foram avaliadas de forma mais negativa que seus colegas, homens. Contudo, surpreendentemente, Carvalho (2003) encontrou um efeito espelhado nos cursos considerados femininos, como por exemplo, psicologia. Nesses cursos, os professores foram avaliados de forma mais negativa do que as professoras. Mas como pode os membros do grupo majoritário – os homens – serem discriminados? Segundo a autora, o que determinaria a discriminação além da questão do gênero, é o lugar social. Parece que quando os indivíduos estão fora de seu “lugar social” – sejam eles homens ou mulheres, tendem a ser punidos pela sociedade através das práticas discriminatórias. Assim o que explicaria o homem ser avaliado mais negativamente é a discriminação sofrida por estar desempenhando uma profissão considerada feminina.

Os resultados de Carvalho (2003) demonstram a existência da discriminação no âmbito da vida profissional, tanto para mulheres como para os homens. No entanto, quais são as conseqüências desse fenômeno para a saúde da mulher? Como veremos adiante, a

percepção do preconceito de modo generalizado afeta de modo negativo o bem-estar psicológico das mulheres. Este tema, juntamente com as principais teorias que têm investigado o preconceito e a discriminação serão discutidos a seguir.

1.2. Como o preconceito tem sido estudado na psicologia social

Existem muitas idéias sobre o preconceito. Aqui o tema será abordado discutindo-se as principais teorias em ordem cronológica. Partindo das definições clássicas de Allport (1954), passando pelas teorias da personalidade autoritária de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950) e do cognitivismo de Rokeach (1960), até chegarmos na teoria da identidade social de Tajfel (1981). Finalmente articularemos com a visão mais contemporânea de Pettigrew e Meertens (1995) sobre preconceito sutil e flagrante.

Entretanto, antes de apresentarmos tais teorias, faz-se necessário mostrar como a psicologia social teve uma evolução no desenvolvimento de suas teorias, principalmente no que diz respeito ao estudo do preconceito. Para isso partiremos do estudo realizado por Doise (1986) que classifica as teorias da psicologia social em quatro diferentes níveis. De acordo com este autor a psicologia social, desde o seu início vive três tensões em seu processo de se estruturar enquanto uma disciplina. A primeira tensão explica a dicotomia de se dar explicações sociológicas ou explicações psicológicas para um fenômeno social. A segunda descreve os processos psicológicos como fator de impedimento de intercambio entre os psicólogos sociais e a terceira vai situar o dilema entre explicações artificiais fundamentadas em esquemas e modelos experimentais e explicações da ordem do vivido, baseadas em abordagens mais clínicas. Para ele, existem quatro explicações ou níveis de análise para se fazer o debate sobre as teorias psicológicas, que se fundamentam principalmente nos extremos de estarem baseadas em situações individuais ou sociais, por isso se organizam nos chamados níveis Intrapsíquico, Interpessoal, Intergrupar e Societal. Segundo Doise (1986),

“... nós não estamos falando sobre quatro níveis diferentes de realidade, mas de quatro níveis diferentes de análise. Teorias são feitas para capturar diferentes aspectos da realidade, e nós não estamos tentando sugerir que a realidade está estruturada nos quatro níveis” (p. 11).

Sua proposta é que as investigações a respeito dos fenômenos sociais procurem articular aspectos dos diferentes níveis de análises, evitando, ou pelo menos diminuindo, os riscos do reducionismo tanto psicológico quanto sociológico.

O primeiro nível, chamado de processos Intrapsíquicos ou intra-individuais, vai descrever como o indivíduo se organiza na sociedade através de suas percepções e as avaliações que faz do seu meio. No entanto, não se refere às interações do indivíduo com esse meio de uma forma direta. O enfoque é de uma visão unilateral de um processo. Neste nível encontramos teorias como as de Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears (1939) que trabalham a teoria da frustração-agressão relacionada ao preconceito. Estas teorias são chamadas de *teorias do bode expiatório* uma vez que as frustrações naturais da vida são deslocadas para as minorias sociais. As teorias de Adorno e de Rokeach também estão classificadas neste nível, e, segundo Falcão, Maracaípe, Pereira e Torres (2004), juntamente com a de Dollard e Miller constituem um ponto em comum: explicam o preconceito a partir de dinâmicas individuais em detrimento dos fatores sócio-culturais que são determinantes mais poderosos para explicar o fenômeno do preconceito.

O nível interpessoal ou interindividual já tem como seu objeto de estudo a dinâmica das relações que acontecem entre dois indivíduos em um determinado momento numa dada situação. Neste nível as explicações já pressupõem uma relação possível entre duas pessoas. Segundo Doise (1986), autores como os colaboradores de Lewin, como Bavelas

(1951) e Kelley (1967), utilizam este modelo teórico para explicar suas teorias. A teoria de Allport se enquadra neste grupo já que analisa as atitudes de um indivíduo com outros grupos.

O terceiro nível, o Intergrupar, parte do pressuposto de que “as diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais, características de uma sociedade e analisa como suas posições modulam os processos do primeiro e segundo níveis” (Doise, 2002, p.28). Aqui, o grupo precede o indivíduo que a ele pertence, definindo os grupos majoritários e minoritários. Uma teoria de preconceito classificada neste grupo é a de Tajfel (1981), que será discutida posteriormente.

O quarto nível é o que trabalha as ideologias, que por sua vez, vão justificar as normas estabelecidas por uma sociedade e o seu modo de funcionar em suas relações. Neste grupo teórico o pensamento é estruturado em um “sistema de crenças, representações, avaliações e normas sociais” (Doise, 2002, p.28). A teoria de maior expressão neste grupo é a das representações sociais.

Esta classificação proposta por Doise é importante pois é a partir dela que os psicólogos sociais passam a perceber que a psicologia social precisava desenvolver teorias com uma explicação mais social para os problemas sociais. O estudo do preconceito não seria diferente, como se verá a seguir, as teorias sobre esse tema podem ser organizadas de acordo com a ênfase que dão a algum aspecto para explicar suas origens e desenvolvimento. No entanto, é importante ressaltar que, embora a discussão a seguir tenha também um caráter cronológico, isso não quer dizer que na atualidade não se encontrem estudos realizados a partir de uma perspectiva mais psicológica. De fato, diferente do passado, o que assistimos hoje é uma grande diversidade teórica e metodológica nos estudos sobre o preconceito.

Segundo Rodrigues (1972), o preconceito só passou a ser considerado como um construto científico ao longo dos anos 1920 do século XX, e em relação à questão racial. De fato, pode-se dizer que o preconceito sempre existiu. Relatos históricos revelam como o

preconceito era grande e aberto nas sociedades grega e romana em relação aos povos escravos. Entretanto a sociedade não se preocupava com o assunto por acreditar que de fato havia uma diferença entre os povos dominadores e os dominados, o que estabelecia um critério de inferioridade (Snowden, 1995 in Lima & Vala, 2004). Entretanto, fica difícil identificar exatamente quando a discriminação começou a se manifestar na sociedade. Em especial, no caso da mulher, parece que, da mesma forma que a mulher sempre trabalhou, como vimos anteriormente, o preconceito e a discriminação sempre existiram.

Allport (1954), como um dos pioneiros da psicologia social americana, aborda o tema construindo sua definição baseada em três estágios de transformação. No primeiro, associado à idéia de precedência, onde um julgamento emitido é baseado numa decisão ou experiência prévias. No segundo, a idéia está ligada a um significado de um julgamento formado antes de concluir um exame ou considerar os fatos. O terceiro estágio é definido quando uma idéia favorável ou não, acompanha um julgamento sem apoio ou justificativa, *a priori*. Esses estágios permitem ao homem fazer grandes generalizações de conceitos, que vão estabelecer uma forma de estruturar as relações a partir de categorizações, que fazem parte do processo cognitivo natural do homem. Cria-se, através do pensar, grandes categorias onde são depositadas verdades absolutas, errôneas e preconceituosas. Segundo Allport (1954), ao se estabelecer uma categoria, o homem, obedece basicamente cinco características importantes:

- 1°. a categorização forma grandes classes e grupos de objetos semelhantes para guiar nossa adaptação no dia-a-dia.
- 2°. a categorização agrega o máximo de informações possível a esses grupos de objetos semelhantes, automatizando o pensamento humano como que numa inércia: “ os negros são estúpidos, sujos e inferiores” (1954, p. 21).

- 3°. a categorização nos capacita a identificar rapidamente um objeto relacionado aos referidos grupos de objetos semelhantes. Determinados objetos disparariam o pensamento preconceituoso.
- 4°. a categorização satura os objetos aos quais destinamos a ação preconceituosa com o mesmo aroma ideacional e emocional. Quer dizer que esses objetos “exalam” conceitos e sentimentos contra si mesmos.
- 5°. as categorias formadas podem ser mais ou menos racionais, diferentemente das leis científicas.

Através das categorias o indivíduo generaliza os conceitos que constrói na sociedade e passa a agrupar pessoas e objetos e atribuir a cada grupo valores próprios. A expressão do preconceito geralmente se faz categórica, pronta, imutável. A partir do conceito de categorização, Allport (1954), define preconceito como:

“uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa. Ela pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser este de tal grupo” (1954, p. 10).

Nesta definição, a idéia é concernente ao grupo como um todo, uma vez que o sentimento negativo é contra o grupo ou pessoas que pertencem a um grupo. Dessa forma o preconceito se evidencia nas práticas rotineiras onde as pessoas expressam a dificuldade em lidar com as diferenças que existem entre as pessoas e os grupos que freqüentam. Percebe-se então como o conceito de categorização fica bem inserido na definição de preconceito de Allport (1954). Ao discriminar um grupo/pessoa uma categoria foi criada para estabelecer o sentimento que um indivíduo tem para um determinado grupo/pessoa que se discrimina.

Como se percebe, as categorias podem representar diversos grupos tais como o dos negros, judeus, mulheres, etc. Outro fator que merece atenção neste conceito é que ele é baseado numa “antipatia”, ou seja, num afeto, no fato de “gostar” ou “não gostar” de determinado indivíduo ou grupo – novamente, para estabelecer o gostar ou não, é preciso categorizar. O preconceito se expressa, nesse caso, pelo “não gostar” e simplesmente por isso, sem um motivo que o justifique, acontece de uma forma errada e inflexível. Dessa forma, Allport (1954) propõe que o contato interpessoal pode amenizar o preconceito já que a convivência aumentaria a percepção das semelhanças e a simpatia pelo outro. Portanto pensa-se explicar o preconceito contra a mulher, simplesmente por ser mulher. Dito de outra forma criou-se a categoria “mulher” a quem se atribui algumas características negativas.

Pode-se fazer dois comentários a respeito desta teoria. Primeiramente a dificuldade de se aplicar a teoria do contato em relação ao sexismo é que a convivência aumenta a proximidade de homens e mulheres na mesma medida que aumenta a discriminação. Homens e mulheres sempre conviveram, o sexismo sempre existiu e o contato nunca contribuiu para a diminuição das práticas preconceituosas. Em segundo lugar, a explicação do fenômeno do preconceito na teoria de Allport (1954) permanece no nível interpessoal como proposto por Doise (1986), uma vez que as situações intergrupais, os valores e as normas sociais não são consideradas nesta análise.

Após a II Guerra Mundial a questão do preconceito ficou mais evidente devido ao genocídio contra os judeus patrocinado pelo movimento nacionalista de Hitler. Neste contexto, Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950) desenvolvem a teoria da Personalidade Autoritária. De acordo com essa teoria, o preconceito se manifesta como um reflexo das características pessoais da personalidade. No processo de desenvolvimento infantil, a criança é educada para se adaptar aos padrões sociais, para isso tem que sacrificar as necessidades impostas pelos instintos e isso se dá através de uma grande dose de repressão

vinda por parte dos pais. Neste processo de disciplinar a criança, quando a repressão é muito rígida e autoritária, desenvolve na criança uma personalidade agressiva. Uma vez que a agressividade não pode se voltar para os pais, ela é redirecionada para outros alvos na sociedade, que mais tarde vão se caracterizar como grupos minoritários da sociedade. Para explicar melhor como se dá esse direcionamento para as minorias, tomemos três princípios: pulsão agressiva, insatisfação com aspectos sociais do dia-a-dia e repressão. As pulsões agressivas não são aceitas com naturalidade pela sociedade e por isso devem ser reprimidas. Entretanto como a vida naturalmente apresenta situações rotineiras que são desagradáveis ou que podem gerar constrangimentos, de uma maneira ou de outra as referidas pulsões devem ser redirecionadas para algum lugar. Os grupos minoritários funcionariam então como alvos para a canalização das pulsões agressivas indesejáveis.

Os estudos de Adorno e cols. (1950) serviram como parâmetro para comparar o preconceito exercido contra outras minorias sociais, uma vez que foi desenvolvida uma escala para medir as tendências fascistas e racistas e por outro lado as tendências mais democráticas. Na escala F, altos escores indicam uma infância problemática, sedimentada em padrões dogmáticos e conservadores; baixos escores indicam personalidades mais tolerantes.

Parece-nos que quando a explicação do preconceito é feita apenas pela via das pulsões agressivas, ou de características que são inatas no homem, esta explicação deixa a desejar uma vez que todas as implicações sociais são ignoradas. Como proposto por Doise (1986), esta teoria se enquadra no nível intrapsíquico porque explica os fenômenos sociais de um ponto de vista meramente individual característico da psicanálise que enfoca os aspectos pulsionais como primordiais no funcionamento psíquico.

Ainda abordando as teorias que podem ser categorizadas no nível intrapsíquico, uma década depois, Rokeach (1960) desenvolve uma teoria de preconceito onde o ponto principal é o fator cognitivo. Segundo ele, o preconceito decorre de crenças

individuais, conceitos aprendidos e partilhados por determinados grupos que passam a tê-los como dogmas, verdades absolutas e inconciliáveis com outros grupos. Dessa maneira, os grupos que possuem dogmas diferentes, seriam negativamente avaliados reciprocamente. De acordo com essa teoria, o preconceito seria mais intelectual do que sexual, racial, religioso ou étnico. Dito de outra maneira, o preconceito contra a mulher não está estabelecido pela questão sexual, é anterior a isso. A crença no papel social e sexual da mulher se constitui numa verdade absoluta e imutável, e, num grau de importância, tem mais valor que ser ou pertencer a determinados grupos, daí a ênfase na cognição. Enquanto Allport (1954) prioriza a categorização dos indivíduos, Rokeach (1960) prioriza as crenças individuais. Por isso ambas são consideradas como teorias intrapsíquicas.

Entretanto na década de 1980, a teoria da Identidade Social começa a tomar forma com os estudos de Tajfel (1981). Essa teoria tem um valor significativo para a psicologia social uma vez que é o marco inaugural das teorias classificadas por Doise como intergrupais. Dessa forma as explicações passam necessariamente pela idéia de que a discriminação seria um processo grupal. Assim como Allport (1954), Tajfel parte do princípio de que os homens organizam o mundo social em categorias, e são elas que vão estabelecer mais tardiamente os endo e os exogrupos, que são desenvolvidos de acordo com os sentimentos de pertença que o homem extrai das experiências ao longo de sua existência. Isto é, à medida que o indivíduo é inserido em um determinado contexto social – categoria – forma pertenças que vão demonstrar sua predileção e favoritismo por seu grupo. Quanto maior o senso de pertença a seu grupo, maior a tendência de diferenciá-lo positivamente dos outros, assumindo como próprias, as crenças que são do grupo, é o “vestir a camisa”, colocar o pensamento grupal antes do individual. Dessa forma, Tajfel (1981), formula o conceito de endogrupo. De modo semelhante, outras categorias sociais são excluídas formando o

exogrupo, com crenças diferentes e antagônicas, ao qual são direcionadas práticas discriminatórias, estabelecendo o preconceito nas atitudes e práticas sociais.

Em cerca de 50 anos de pesquisa, nota-se que o estudo do preconceito recebeu grandes contribuições. As teorias relatadas aqui são fruto de estudos clássicos e pioneiros que ousaram enfrentar o problema do preconceito de frente. No entanto, o que essas teorias têm em comum? Em que ponto se unificam? Na verdade estão falando do preconceito flagrante, declarado, num tempo onde o preconceito explícito não era mais tolerado e tampouco considerado normal, porém ainda havia o pensamento social de que havia uma superioridade de raças ou de sexo.

Entretanto, a nova ordem mundial não aceita esta forma de preconceito, declarada; mas isso não quer dizer que o preconceito tenha desaparecido, ou que a sociedade tenha deixado de ser preconceituosa, pelo contrário. As pesquisas realizadas a partir do final da década de 1980, têm mostrado sistematicamente novas formas de configuração desse fenômeno: o chamado preconceito sutil.

Pettigrew e Meertens (1995) vêm atender a essa nova necessidade de estudar e desvendar o preconceito que aparentemente deixou de ser preconceito. Dito desta maneira, parece que estamos diante de uma nova configuração de preconceito que se apresenta de duas formas: o preconceito sutil e o flagrante. O preconceito sutil se constitui na forma moderna de se expressar a discriminação, é velado, disfarçado de uma maneira que parece não existir. Isto dá a impressão de que o preconceito acabou e a sociedade agora é mais igualitária. O flagrante é a forma tradicional de expressão, por isso é declarado, explícito. Acontece da maneira que estamos acostumados a ver todos os dias. Segundo os autores citados, o fato da sociedade condenar as práticas discriminatórias oriundas do preconceito, não faz com que o preconceito desapareça. O que se nota é que a sociedade possibilita novas formas para expressar o preconceito e que muitas vezes não são percebidas por ela mesma. O preconceito continua o

mesmo, o que mudou foi a maneira de expressá-lo. Nas sociedades atuais, torna-se cada vez mais difícil para o indivíduo demonstrar explicitamente os preconceitos existentes e sentidos.

Ao retomarem a definição de preconceito de Allport (1954) esses autores salientam que dois componentes emergem sistematicamente nos estudos do preconceito flagrante: a percepção do tratamento e rejeição recebidos do *exogrupo* e a oposição ao contato íntimo com eles. Fundamentados neste conhecimento do preconceito aberto é que Pettigrew e Meertens (1995) propõem que o preconceito é caracterizado por mais três componentes – encobertos, disfarçados, que por vez expressam os valores da sociedade moderna: a defesa dos valores tradicionais, o exagero das diferenças culturais e a negação de emoções positivas.

É neste aspecto da teoria que se pode evidenciar a articulação dos quatro níveis de análise proposto por Doise (1986), pois Pettigrew e Meertens (1995) tratam do assunto abordando desde aspectos intrapsíquicos como as emoções até aspectos sociais como os valores e diferenças culturais da sociedade moderna.

No primeiro componente, que trata da defesa dos valores tradicionais, o membro do *exogrupo* é percebido como sempre manifestando um comportamento considerado errado e não aceitável pela sociedade, ao mesmo tempo que os valores tradicionais da sociedade são considerados idéias. No segundo, ao exagerar as diferenças culturais, os aspectos da inferioridade genética são deixados para trás e são valorizadas as diferenças culturais, que são inegáveis, porém não necessariamente envolvidas numa disputa qualitativa de melhor ou pior. E, finalmente, o terceiro componente nega que existe algum sentimento negativo contra o *exogrupo*. Posto isto, os referidos autores realizaram uma pesquisa com os objetivos descritos a seguir. Eram quatro as propostas:

“a) As duas formas de preconceito – flagrante e sutil – podem ser empiricamente distinguidas e mensuradas.

b) Preconceitos flagrante e sutil, como duas formas de preconceito intergrupais generalizados, serão moderadamente intercorrelatas.

c) Como variáveis dependentes, os preconceitos flagrante e sutil vão dividir correlatos similares. Mas as diferenças entre eles vão especificar mais precisamente essas relações.

d) Como variáveis independentes, os preconceitos flagrante e sutil vão predizer diferentes respostas para os *exogrupos* e a política de imigração.” (Pettigrew e Meertens, 1995, p. 60).

Segundo os autores, “nas últimas décadas, formas indiretas de preconceito têm servido para preservar a estratificação racial, étnica e religiosa” (1995, p. 57). As formas de preconceito declarado, aberto, são identificadas e condenadas, porém, nos tempos do politicamente correto, fica estabelecido que expressar “alguns tipos de sentimentos” agora é condenável. Ganha território o preconceito sutil, caracterizado principalmente por práticas veladas.

O preconceito sutil tem recebido outros nomes, dependendo dos países e autores que realizam as pesquisas, todavia, segundo Lima e Vala (2004) todas essas formas vêm contrapor a forma tradicional em suas mais variadas expressões, o que não impede de se perceber que em alguns lugares a forma declarada ainda aconteça causando conseqüências prejudiciais para os grupos minoritários. Dessa forma os autores destacam alguns tipos do racismo moderno, como veremos a seguir.

O *racismo simbólico* (Sears & Kinder, 1971) foi o primeiro a ser descrito e surgiu representando uma forma de resistir as mudanças sociais que estavam acontecendo nos

Estados Unidos da América quando da Declaração dos Direitos Civis. Está fundamentada na crença e nos sentimentos de que os negros transgridem os valores como obediência, ética do trabalho, disciplina e sucesso, tidos como estandartes da ética protestante e dos valores da tradicional sociedade norte-americana. De modo semelhante surge a idéia de *racismo moderno* (McConahay & Hough, 1976) que mantém alguns pontos comuns, como por exemplo de que os negros estão violando os valores tradicionais – e caros para os brancos, e também recebendo mais do que merecem. Porém esta teoria surge da necessidade de “medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos, quando as normas sociais inibem as expressões abertas de racismo” (Lima & Vala, 2004, p. 404).

O *racismo aversivo* (Gaertner & Dovidio, 1986) também trabalha com dois tipos de racismo: o dominante e o aversivo. O primeiro grupo se refere aos racistas que expressam seu sentimento de forma aberta e tradicional. Já o segundo grupo tem em seu discurso o lema da defesa da igualdade de direitos e de uma sociedade sem preconceitos. Parecem assim, ter aversão ao racismo. Segundo Lima e Vala (2004), os autores da teoria do racismo aversivo o definiam como:

“o tipo de atitude racial que caracterizaria muitos americanos brancos que possuem fortes valores igualitários, mas que experienciam um tipo particular de ambivalência, resultante do conflito entre sentimentos e crenças associados a valores igualitários e sentimentos negativos face aos negros.” (p. 405)

isto é, o discurso combina com os tempos do “politicamente correto” onde os direitos de igualdade são para todos, mas a prática é confrontada com os sentimentos discriminatórios do dia-a-dia.

No *racismo ambivalente* (Katz & Hass, 1988) encontramos uma teoria que reside no sentimento de ambivalência natural nos seres humanos e que está presente nas relações sociais. Esta ambivalência resulta da percepção de que além de serem desviantes, os negros, em comparação com os brancos estão em aparente desvantagem. Isto gera um desconforto psicológico que para ser diminuído exige uma polarização radical dos indivíduos no que diz respeito ao seu posicionamento de atitudes raciais. Nos pólos estão as atitudes pró-negros e anti-negros. O *racismo ambivalente* se assemelha ao *aversivo* uma vez que os dois procuram manter uma imagem pública de igualdade e não de preconceito.

No *racismo cordial* (Turra & Venturi, 1995) Lima e Vala (2004) salientam que é preciso fazer uma distinção entre este e os outros supra citados, uma vez que este é o único que é descrito para uma sociedade multirracial, como é o caso do Brasil, enquanto que os outros tipos de preconceito são descritos para sociedades bi-raciais. É definido como uma forma de racismo contra aqueles que não são brancos e pode ser notado nas típicas piadas brasileiras sobre negros. Lima e Vala (2004) destacam que os autores desta teoria verificaram que apesar da 89% da amostra ter afirmado que existe racismo no Brasil, apenas 10% admitiram ser racistas.

A relevância do trabalho dos autores supra citados é mostrar que o preconceito continua atuante na sociedade atual, mesmo com a proibição de se expressar o que se sente em nome da boa convivência. Dito de outra maneira, embora a sociedade repudie as práticas discriminatórias, a prática social continua preconceituosa. Ao abordar o tema do preconceito e falando mais especificamente sobre o racismo, Lima e Vala (2004) dissertam sobre as formas modernas que o racismo assume, enfatizando o processo de infra-humanização. A partir da definição de racismo de Lima (2003) onde se lê

“um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo (ou toda uma categoria social), que é definido como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginária), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que supostamente define padrões de comportamento.” (Lima & Vala, 2004 p.11).

Os autores estabelecem que a infra-humanização é um dos principais elementos do racismo, uma vez que as vítimas da discriminação racial são percebidas como pessoas portadoras de uma marca física re-significada, no caso, se aproximam mais de seres não evoluídos ou não humanos.

Vale aqui esclarecer o que vem a ser a infra-humanização. Segundo Leyens e cols. (2003), no processo de infra-humanização o indivíduo passa a atribuir características essencialmente não humanas a pessoas que pertencem a exogrupos e que por sua vez, estas mesmas características, são muito discrepantes em relação às características do endogrupo. Dessa forma o essencialismo se configura como o que justifica e preenche o espaço vazio entre o endogrupo e o exogrupo (Leyens e cols. 2000). Para descobrirem quais são estas características prosseguiram com um estudo, fundamentados na teoria do essencialismo. A pesquisa consistia em confirmar de modo empírico o que eles haviam investigado de modo informal em bares e cafés, com amigos. Procederam com um estudo entre alunos de duas universidades européias, que deveriam apenas listar as características humanas de acordo com sua própria vontade. As respostas foram coincidentes (inteligência, linguagem e sentimentos) tanto na situação informal (com os amigos no bar), quanto com os universitários investigados. Uma vez conhecidas estas características, pode-se observar como estas relações estão acontecendo entre os grupos, determinando a ocorrência ou não da infra-humanização.

De modo semelhante, Lima e Vala (2004) estabelecem que o fenômeno da infra-humanização resulta do fato de pessoas negarem que os membros dos exogrupos possuem características que compõem a chamada “essência humana”. Esta vem a ser as características tipicamente humanas como os valores, a cultura, a linguagem, a inteligência e a capacidade de expressar os sentimentos. Sendo assim, as expressões feitas por homens que não estão contempladas acima são consideradas como infra-humanas – o que trás características negativas a quem as comete. Os autores ainda consideram três características como principais indicadores de infra-humanização, que são observadas na maioria dos trabalhos de infra-humanização dos psicólogos sociais. Estas são a negação do exogrupo em adotar valores humanos; o fato do exogrupo ser caracterizado mais com traços da natureza do que com traços culturais, e finalmente a pouca ou nenhuma atribuição de sentimentos em relação ao exogrupo.

Fica a pergunta: como a infra-humanização se relaciona com o sexismo? Leyens e cols. (2003) referem a um trabalho que mulheres e índios tinham um lugar diferente nas igrejas por serem considerados como não portadores de alma. Na época a alma era considerada como uma essência humana. Nos dias atuais pode-se observar um fenômeno semelhante em que as mulheres são tratadas como se aparentemente a sociedade estivesse atribuindo as mulheres algumas características de um papel social que ela precisa desempenhar justamente por ser algo “natural” à sua essência. É como que se a mulher, “naturalmente” tivesse que ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos e criando a prole. Qualquer outro comportamento ou atitude diferente destes seria uma afronta às normas sociais. Toda essa essência não se insere nos valores e normas da sociedade atual. Hoje a mulher tem conquistado um lugar na sociedade e mudado a percepção de sua essência. Pode-se citar o exemplo da maternidade. À medida que a mulher foi ingressando no mercado de trabalho, e conseqüentemente no mundo social destinado aos homens, ela teve que fazer a

escolha entre a maternidade ou sua carreira. Esta escolha está ancorada na idéia de que toda mulher “naturalmente” possui o instinto do amor maternal. Maldonado (1997) nos revela que a maternidade nem sempre foi vista com o encantamento com que se trata hoje, pelo contrário. Como os trabalhos de parto eram muito longos e dolorosos e o índice de mortalidade infantil no parto era alto, o sentimento dominante era o da indiferença materna. Historicamente, as condições sócio-culturais determinaram a indiferença e historicamente também determinaram o mito do amor materno. Portanto a relação entre mãe e filho deve ser construída no ambiente social como todas as outras relações. Em outras palavras, a mulher não nasce talhada para desempenhar a maternidade, mas pode aprender a fazê-la ou não.

Retomando o tema do racismo ainda de acordo com o pensamento do preconceito velado e flagrante, Lima e Vala (2004) afirmam que vários estudos têm demonstrado quão atuais e cada vez mais freqüentes essas práticas têm se tornado. Essas novas formas de preconceito possuem algumas características em comum. Uma delas é a preocupação em não atacar a norma anti-racista vigente para não ameaçar a auto-imagem de igualdade que os indivíduos hoje gozam nas sociedades ocidentais. De fato, o que acontece é que se as expressões veladas do preconceito – dentre elas a infra-humanização – mantém os indivíduos com a permissão de expressar seu preconceito de um modo menos agressivo e mais condizente com as normas das sociedades atuais. Os autores também salientam que cada cultura reflete suas particularidades em relação ao contexto social que estão inseridas. Posto isso a inquietação era se o racismo estava relacionado com o branqueamento atribuído aos negros que obtém sucesso no seu desempenho social, e se existe infra-humanização neste processo.

Para comprovarem tais questionamentos, Lima e Vala (2004) realizaram dois estudos tendo em vista averiguar a relação entre a cor da pele, a situação de sucesso ou fracasso e a infra-humanização. O primeiro estudo teve como objetivo avaliar se existia uma

representação diferente entre os traços naturais e os traços da cultura. Por traços naturais entenda-se aqueles que são mais inflexíveis e mais próximos de nossa natureza animal. Já os culturais são mais flexíveis e mais característicos dos seres humanos que criam, mudam e se adaptam. Tomou-se uma amostra de universitários e a eles foi apresentado um questionário com oito questões que continham características tipicamente humanas e no outro extremo, características tipicamente animais. No segundo estudo procurava-se compreender o papel da cor da pele dos grupos de brancos e de negros, o seu desempenho social de sucesso e fracasso e como eles eram percebidos na referência de serem mais brancos ou menos brancos em relação as características animais ou culturais – infra-humanização. Os resultados obtidos apontam que os negros que estão numa situação de sucesso são vistos como mais brancos dos que os negros fracassados e que quanto mais passarem pelo processo de branqueamento mais características tipicamente humanas lhes são atribuídas

Neste mesmo sentido Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) confirmaram que os participantes do estudo atribuíram aos negros qualidades para desempenhar atividades artísticas relacionadas a gíngua e a sensualidade, enquanto que aos brancos as características estavam ligadas as atividades de poder. Pode-se inferir que para o desempenho das atividades realizadas pelos negros, a essência humana representada pela tríade inteligência, linguagem e sentimento não é tão necessária ou evidente como no desempenho das atividades relacionadas aos brancos.

Formiga, Gouveia e Santos (2002) estabelecem que o sexismo está inserido num contexto onde a mulher se mobiliza pela defesa da igualdade dos seus direitos civis e políticos. Mais uma vez o desenvolvimento econômico figura como fator determinante estabelecendo lugares sociais em função do trabalho. Os autores retomam a idéia de que o lugar social do homem é fora da esfera doméstica para garantir o sustento da família e perpetuar a imagem de ser forte e dono da razão, enquanto que à mulher fica destinada a

esfera doméstica cuidando dos afazeres diários da casa e da família. Isso acarreta a idéia de que as mulheres são seres frágeis, sentimentais e sensíveis. Não servem para o mundo do trabalho. Segundo os autores supra citados esse é o funcionamento “natural” da sociedade. O que fugir dessa idéia cai no âmbito do preconceito sutil e flagrante e vêm agora propor um novo sexismo fundamentado em duas formas principais: o sexismo hostil e o benévolo.

O sexismo hostil é flagrante e está condenado pela sociedade que não aceita mais formas tão agressivas de manifestação discriminatória. Mas as formas sutis permanecem por serem sutis e por isso passam despercebidas pela grande massa. Talvez por isso Formiga e cols. (2002) afirmem que o sexismo benévolo seja a forma mais apropriada de justificar as concessões e os tratamentos diferenciados que são dados aos homens e às mulheres nos dias de hoje. Essas duas formas de sexismo apresentam suas características descritas no quadro a seguir:

<i>Sexismo Hostil</i>	<i>Sexismo Benévolo</i>
Crenças e práticas de pessoas que consideram as mulheres como seres inferiores	Tem atitude positiva
Refletem antipatia e intolerância em relação a poder e decisão	Tem aparência de não preconceito em relação à mulher
Segue orientação vertical com obediência a padrões morais tradicionais da mulher no lar	Evidencia paternalismo social onde a mulher é vista como ser frágil
É percebido mais claramente	As mulheres são vistas como pessoas que tem necessidade de atenção e que podem complementar os homens
As mulheres são vistas como quem tenta ganhar poder controlando os homens	As mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens
As mulheres são vistas como pessoas que exageram os problemas do trabalho	Todo homem deve ter uma mulher para amar
As mulheres são vistas como pessoas que após conseguirem algo dos homens tentam controlá-lo estritamente.	O homem é incompleto sem a mulher

Figura 1 Quadro de comparação entre o sexismo hostil e o sexismo benévolo

Fundamentados na teoria da Identidade Social de Tajfel (1981), Schmitt, Branscombe e Postmes (2003) realizam uma pesquisa intitulada “Respostas emocionais das

mulheres à discriminação generalizada de gênero”. Neste estudo, os autores além de criticarem as teorias dos psicólogos sociais em que se estuda o fenômeno da discriminação como um ato isolado da sociedade (como se fosse apenas fruto de um indivíduo preconceituoso contra um outro estigmatizado), reafirmam a idéia de que as experiências com a discriminação não são simplesmente um fenômeno interpessoal, mas sim fruto das relações de gênero que são construídas numa sociedade que discrimina.

A partir dos conceitos de endogrupo, em que os indivíduos passam a manifestar sentimento de pertença a determinados grupos sociais dos quais se espera receber apoio e aceitação; e exogrupo onde se espera receber rejeição justamente por não fazerem, ou não se sentirem parte daquele grupo (pertença), Schmitt e cols. (2003) aplicam à questão de gênero especificando como a discriminação pode agir de modo invasivo e generalizado. Uma vez que isso acontece, tem conseqüências na vida emocional da mulher, principalmente no trabalho, mas também em casa, no trânsito, no lazer, na educação dos filhos etc. A discriminação generalizada se caracteriza pelo fato da mulher se perceber em desvantagem e desvalorizada em qualquer situação, dando a impressão que isso ocorre simplesmente pelo fato de ser mulher. Dito de outra maneira, quando isso acontece a um grupo minoritário, essa discriminação em um nível tão profundo produz um sentimento de exclusão da identidade social deste grupo, fazendo com que seus membros se sintam como anormais numa sociedade de normais. Contextualizando, a mulher como membro de um grupo minoritário, passa a se sentir “anormal” devido às discriminações generalizadas em todas as áreas da vida, sofridas numa sociedade “normalmente” talhada para os homens.

Posto isto, a partir de evidências empíricas que relacionam a percepção da discriminação generalizada com o bem-estar de um modo negativo, Schmitt & cols. (2003) investigaram se a percepção da discriminação generalizada está negativamente associada ao bem-estar, principalmente nos grupos minoritários, como o das mulheres. Avaliaram as

respostas emocionais das mulheres diante da discriminação generalizada medindo a auto-estima delas num contexto discriminatório. A metade das participantes lia um texto que dizia o quanto o sexismo é prática freqüente na sociedade. À outra metade, era dado um texto dizendo que o sexismo na sociedade é uma prática difícil de ser encontrada. Após a leitura dos textos as participantes respondiam duas escalas de auto-estima: a de Rosenberg (1979) e a de Luhtanen & Crocker's (1992). A análise dos dados mostrou que a auto-estima é menor no grupo das mulheres que leram textos onde é sugerido que o sexismo é prevalente na sociedade.

Partindo da constatação de que o preconceito de gênero existe e as práticas discriminatórias dele decorrentes são prejudiciais ao estado psicológico da mulher, retomamos a idéia de Carvalho (2003) que investigou a avaliação dos professores e professoras universitários feita pelos alunos de cursos masculinos e femininos. Concluiu que o professor é avaliado mais negativamente que a professora em cursos femininos e que a professora em cursos masculinos é avaliada mais negativamente que o professor. Entendemos que o fator determinante é o local social. O homem fora de seu ambiente masculino é discriminado e a mulher fora de seu ambiente feminino também é discriminada.

Os trabalhos de Schmitt & cols. (2003) e Carvalho (2003) nos serviram de inspiração para construir novas idéias a respeito da situação da mulher num contexto social discriminatório. Por isso, partindo dos referidos estudos temos duas questões a serem investigadas: será que a percepção da discriminação generalizada afeta o bem-estar psicossocial e a auto-estima da mulher? Será que, o contexto social mais amplo, como por exemplo, profissões consideradas masculinas ou femininas, tem algum papel nas relações entre percepção da discriminação e bem-estar psicossocial e auto-estima?

O delineamento deste trabalho então conta com duas situações de discriminação (raro e generalizado) e dois ambientes acadêmico-profissionais (profissões

consideradas masculinas e femininas). Esperamos que, na condição da discriminação generalizada, os escores das participantes no que se refere ao bem estar psicossocial e à auto-estima sejam menores do que na situação da discriminação rara. Este efeito será ainda maior nas profissões consideradas masculinas.

Objetivando investigar essas questões, foi desenvolvida uma pesquisa com 229 alunas de uma universidade do interior de Goiás matriculadas em cursos considerados masculinos e cursos considerados femininos. Os cursos considerados femininos foram Nutrição, Enfermagem e Psicologia e os considerados masculinos foram Engenharia Mecânica, Agronomia, Zootecnia e Engenharia da Computação. Utilizou-se como instrumento um questionário contendo uma folha de rosto com a apresentação, as instruções e o Contexto da Discriminação – e três escalas: uma de bem-estar, a de auto-estima e uma terceira de identidade social. Os resultados indicam que as mulheres percebem a discriminação generalizada e que ao fazê-lo ela sofre uma diminuição no nível do bem-estar e auto-estima. Em seguida, apresentamos o artigo, produto final deste trabalho, onde esses resultados são apresentados e discutidos mais detalhadamente.

Capítulo II – Artigo

CAPÍTULO II - ARTIGO

INTRODUÇÃO

Apesar das mulheres, ao longo dos anos, terem realizado tantas conquistas sociais, ainda hoje são objetos de discriminação, principalmente no ambiente de trabalho. Fundamentadas nas situações de menor valia e nos grupos minoritários, políticas públicas de apoio e resgate da cidadania têm sido implementadas por organizações de direitos humanos, numa tentativa de diminuir as práticas preconceituosas. Entretanto, na atualidade, as formas flagrantes de discriminação não são mais aceitáveis socialmente. Assim, o preconceito que outrora era analisado apenas do ponto de vista flagrante, hoje também é estudado do modo sutil (Pettigrew & Meertens, 1995). Este estudo tem por objetivo estudar a percepção que as mulheres têm de viver numa sociedade que expressa o preconceito de modo generalizado e as influências que esta percepção exerce no seu bem-estar e na sua auto-estima.

O preconceito e a discriminação generalizada.

Os psicólogos sociais muito têm estudado o preconceito ao longo dos anos, posto que este é um tema inquietante e que demonstra um fenômeno existente na sociedade como uma prática que segrega e aniquila as minorias sociais. Os estudos sobre preconceito ficaram mais evidentes após a II Guerra Mundial, quando a discriminação foi elevada à enésima potência, com o genocídio dos judeus patrocinado por Hitler. Entretanto, o preconceito a que nos dedicamos aqui é mais freqüente e com um poder destrutivo igualmente devastador, uma vez que age nas entrelinhas da sociedade, é sutil, por isso aparentemente não existe (Pettigrew & Meertens, 1995). Um exemplo do efeito devastador da discriminação

pode ser encontrado em Schmitt, Branscombe e Postmes (2003), que demonstraram que a discriminação generalizada contra as mulheres está associada à diminuição do bem-estar psicossocial e conseqüentemente faz com que elas se sintam desvalorizadas em relação às conquistas realizadas.

Desde os estudos pioneiros de Allport (1954), diversos psicólogos sociais têm abordado o tema sob diferentes prismas. Mas somente a partir do trabalho de Doise (1986) que foi possível classificar as teorias psicológicas em quatro grupos (Intrapsíquico, Interpessoal, Intergrupar e Societal). Esta classificação veio em resposta à inquietação do autor que acreditava que a psicologia vivia a tensão de tentar dar explicações clínicas para um fenômeno social, ou mesmo de explicar tais fenômenos pela sociologia. Ao propor esta análise nos quatro níveis, se pode evitar, ou pelo menos diminuir, os riscos do reducionismo tanto psicológico quanto sociológico.

Independente do nível de análise no qual a teoria estiver classificada, as várias definições de preconceito existentes representam contribuições para a psicologia social, assim como os termos mais específicos que a partir dele surgiram, como discriminação, racismo, sexismo e discriminação generalizada. A definição de preconceito de Allport (1954) continua sendo atual. Nela, esse fenômeno é definido como: “uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa. Ela pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser este de tal grupo” (1954, p. 10).

É uma definição atual porque se pode aplicar a qualquer grupo minoritário que exista na sociedade como o das mulheres, dos negros, dos homossexuais e outras minorias sociais mais recentes. Ao serem consideradas como minoria social, posto que seus direitos são diminuídos em relação aos dos homens, as mulheres ganharam lugar, como objeto de estudo nos trabalhos sobre preconceito. Se os estudos sobre racismo ganham grandes proporções porque estabelecem a diferença no corpo, na pele, em alguma marca intrínseca à pessoa ou ao

grupo, com as mulheres não vai ser muito diferente. O sexismo, que é o preconceito contra as mulheres (Lima & Vala, 2004), funda-se na diferença física, na diferença do corpo feminino. Formiga, Gouveia e Santos (2002) apresentam o sexismo como uma ideologia que surge ainda no século XIX a partir das mudanças sócio-políticas que mostraram a desigualdade sofrida pelas mulheres. Assim, o sexismo surge para estabelecer direitos de igualdade numa sociedade desigual, que se manifesta no papel social reservado a cada um. À mulher coube a vida familiar atada às atividades domésticas.

Diversos autores têm discorrido a respeito do sexismo, enfocando peculiaridades do papel social da mulher como por exemplo, seus direitos políticos, familiares, de saúde e de trabalho e a conseqüente discriminação enfrentada pelas mulheres na luta por estes direitos.

Todavia, a nova ordem mundial, fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada após a II Guerra Mundial, estabelece que a discriminação não é mais admitida no meio social. O estudo de Pettigrew e Meertens (1995) vem desnudar o preconceito moderno e mostrar que a ordem mundial mudou e junto com ela mudou a forma da sociedade expressar seu preconceito. Para os autores, o preconceito que antes se manifestava de modo declarado e aberto, hoje se manifesta de modo sutil e com isso atende a mudança da sociedade e serve como instrumento de manutenção do *status quo*, com isso “preserva a estratificação racial, étnica e religiosa” (Pettigrew & Meertens, 1995, p. 57).

O trabalho feminino

Ao se observar a história da humanidade as evidências do trabalho feminino surgem de modo espontâneo. Segundo Gardey (2003), as mulheres sempre trabalharam desempenhando atividades domésticas, comerciais, campesinas etc. A autora destaca que o

trabalho feminino se deu em três momentos na história contemporânea: o reconhecimento da existência do trabalho da mulher, a remuneração formal do trabalho feminino e o acesso das mulheres às novas profissões ancoradas nos movimentos sociais do início do século XX. Parece que a celeuma gerada em torno do trabalho da mulher se justifica no fato de que tradicionalmente, na sociedade moderna, o trabalho remunerado e valorizado pertence ao homem.

No Brasil, a situação não é muito diferente do resto do mundo. A mulher é discriminada em sua atividade e também em sua remuneração. Dados do Instituto Ethos (2003) revelam que quanto mais o cargo requer melhor qualificação profissional ou uma posição de poder e prestígio, menor será a frequência de mulheres ocupando-o. De modo semelhante, o IBGE (2002) apresenta que no Brasil a mulher entra no mercado de trabalho precocemente, para complementar a renda familiar, ou tardiamente, após se qualificar e tornar-se mais competitiva. Apesar de terem em média um ano a mais de estudo que os homens, elas recebem em média 70% do rendimento deles. Se analisarmos o rendimento médio mensal da população ocupada veremos que na Região Centro-Oeste a mulher ganha 68% da média do homem. Em Goiás a mulher ganha 62% do rendimento médio mensal do homem. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005) mostra que a mulher precisa de 35% a mais de tempo para conseguir uma promoção no emprego do que o homem, isto quer dizer uma média de cerca de 10 anos. O estudo, que foi realizado em grandes empresas do Brasil, constata que uma das causas para tal fenômeno pode ser a discriminação. Também assevera que a mulher tem uma ligação mais fraca com as empresas, pela licença maternidade, que fatidicamente afasta a mulher do trabalho por quatro meses. Esta é uma evidência da desigualdade social de direitos entre homens e mulheres. Isto não acontece de modo isolado no Brasil, mas também em outros países, onde a entrada da

mulher no mercado de trabalho tornou-se evidente e pior remunerada se comparada com os homens (ver Pek & Leong, 2003; Maruani & Hirata, 2003).

É interessante notar que essas diferenças salariais se encontram no campo da ilegalidade, já que desde 1940 existem leis no Brasil contra a prática do preconceito, leis estas que estão fundamentadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e que garantem à mulher ou a qualquer outro membro de minorias sociais o direito de exercer qualquer atividade social que desejem. Entretanto, a proteção legal para as mulheres vem a partir da década de 1980, após muitos anos de lutas e leis que alteraram a configuração e percepção da sociedade sobre os direitos da mulher.

Frente a essa situação, que apresenta uma realidade dura de lutas, conquistas, não reconhecimento e discriminação, delineamos os objetivos deste trabalho: investigar o preconceito contra as mulheres no ambiente profissional e analisar o impacto da percepção da discriminação no bem estar físico e psicológico dessas mulheres. Para isso, utilizaremos como estudos norteadores os trabalhos de Schmitt e cols (2003) e Carvalho (2003).

Retomando a idéia de endogrupo e exogrupo de Tajfel (1981), Schmitt e cols. (2003) a aplicam à questão de gênero especificando como a discriminação pode agir de modo invasivo e generalizado. Quando isso acontece produz um efeito devastador na vida emocional da mulher, principalmente no trabalho, mas também em casa, no trânsito, no lazer, na educação dos filhos, etc. A discriminação generalizada se caracteriza pelo fato de a mulher se perceber em desvantagem e desvalorizada em qualquer situação, dando a impressão de que isso ocorre simplesmente pelo fato de ser mulher. Quando isso acontece a um grupo minoritário, essa discriminação em um nível tão profundo produz um sentimento de exclusão da identidade social deste grupo, fazendo com que seus membros se sintam como anormais numa sociedade de normais. Contextualizando, a mulher como membro de um grupo minoritário, passa a se sentir “anormal” devido às discriminações sofridas em todas as áreas

da vida, expressas por uma sociedade “normalmente” talhada para os homens. Os referidos autores concluíram que as mulheres, quando enfrentam situações de discriminação generalizada, apresentam um nível de auto-estima menor do que quando a discriminação é rara.

Carvalho (2003) investigou a avaliação dos professores e professoras universitários feita pelos alunos de cursos masculinos e femininos. Ela demonstrou que o professor em cursos femininos é pior avaliado que a professora em cursos femininos e que a professora em cursos masculinos é pior avaliada que o professor em cursos masculinos, demonstrando assim o importante papel desempenhado na discriminação pelo local social ocupado tanto por homens como por mulheres. O homem fora de seu ambiente masculino é discriminado e a mulher fora de seu ambiente feminino também é discriminada.

Os trabalhos de Schmitt e cols (2003) e Carvalho (2003) nos serviram de inspiração para construir novas idéias a respeito da situação da mulher num contexto social discriminatório. Por isso, partindo dos referidos estudos, temos um conjunto de questões empíricas que serão pesquisadas neste trabalho: será que a percepção da discriminação generalizada afeta o bem-estar psicossocial e a auto-estima da mulher? O seu sentimento de pertença ao endogrupo está abalado pela discriminação sofrida na sociedade? Será que o efeito negativo da discriminação é maior em contextos sociais masculinos ou femininos?

A partir desses questionamentos, neste estudo foi hipotetizado que a) a mulher no curso masculino em uma situação de sexismo generalizado, deve apresentar escores menores de bem estar psicológico, auto-estima e identificação em comparação com a situação do sexismo raro; e b) no caso dos cursos considerados femininos, os níveis de bem estar psicológico, auto-estima e identificação serão também afetados pela percepção do sexismo raro e generalizado mas em menor grau do que nos cursos masculinos.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo 229 universitárias de uma universidade privada localizada no interior de Goiás, matriculadas em diversos períodos de sete cursos selecionados pelo critério de cursos considerados masculinos e cursos considerados femininos. A idade média foi de 21,8 anos e variava entre 17 e 49 anos. No entanto, a frequência maior foi de participantes entre 18 e 19 anos (40,2%). A classificação dos cursos como masculinos e femininos, foi baseada em Bruschini & Lombardi (1999) que discutem a inserção da mulher em quatro profissões de prestígio (Engenharia, Arquitetura, Medicina e Direito) tradicionalmente masculinas, e o seu processo de feminização. Para o cálculo da prevalência de sexo por curso, foi solicitado, à secretaria geral da universidade, a listagem de alunos matriculados por curso e por sexo, possibilitando fazer a análise dos cursos masculinos e femininos e o cálculo para a amostragem. Segundo o critério utilizado, os cursos considerados como femininos foram Nutrição, Enfermagem e Psicologia; os considerados masculinos foram Engenharia Mecânica, Agronomia e Zootecnia.

Seriam necessárias universitárias nos dois tipos de cursos (femininos e masculinos). Como o número total de alunas na Engenharia Mecânica era insuficiente para compor a amostra – apenas cinco mulheres matriculadas em todo curso – acrescentou-se o curso de Ciência da Computação, também considerado masculino, para completar a amostra. Como mostra a Tabela 1, a amostragem final deste trabalho ficou assim dividida:

Tabela 1. Porcentagem de participantes de acordo com o curso matriculado

Curso	Frequência	Porcentagem
Psicologia	40	17,5
Nutrição	40	17,5
Enfermagem	40	17,5
<i>Total cursos femininos</i>	<i>120</i>	<i>52,5%</i>
Engenharia Mecânica	5	2,2
Agronomia	38	16,6
Zootecnia	37	16,2
Ciência da Computação	29	12,7
<i>Total cursos masculinos</i>	<i>109</i>	<i>47,7%</i>
Total Geral	229	100,0

Instrumento

O instrumento (Anexo 1) era composto por uma folha de rosto – contendo apresentação, instruções, o Contexto da Discriminação e três escalas: uma de bem-estar psicossocial, uma de auto-estima e uma terceira de identidade social.

O Contexto da Discriminação é constituído por duas histórias: uma de conteúdo sexista e outra de conteúdo não-sexista, e aparecem como um *breafing* antes das referidas escalas. Assim, tínhamos dois tipos de questionários. A história sexista sugeria que a discriminação contra as mulheres é um fenómeno generalizado e a história não-sexista sugeria que a discriminação contra as mulheres é um fenómeno de rara ocorrência. Para se fazer a manipulação da discriminação, logo após o *breafing* vinha a primeira pergunta na qual a

participante tinha que se posicionar, concordando ou não, com a estória contida no breafing. Em seguida se apresentavam as escalas.

Escala de Bem-estar psicológico: que foi validada por Paula e Torres (2001) e utilizada por Rabelo e Torres (2005; 2006). Em todos esses trabalhos, essa escala obteve índices de validade considerados excelentes (Maroco, 2003), com o *alfa de Cronbach* variando entre 0,90 e 0,96, índice considerado acima do exigido estatisticamente. Neste estudo, as análises preliminares mostraram uma excelente adequação da amostra ($KMO = 0.91$; Teste de Esfericidade de Bartlett, $X^2 = 1938,43$, $p \leq 0,001$). Indicações do gráfico de Scree Plot e de análises de componentes identificou-se um único fator que explica 38,7% da variância total. Os principais resultados desta análise são apresentados em anexo (Anexo II). Com exceção do item 15, todos alcançaram carga fatorial acima de 0,30 (Pasquali, 1999), considerado índices satisfatórios. O alfa de Cronbach foi de 0.91, indicando alta consistência interna e fidedignidade. Esta escala é composta por 20 itens em formato Likert de 7 pontos, dos quais foram invertidos os itens negativos para que as maiores médias significassem maior bem-estar psicossocial.

Escala de Auto-estima: Elaborada originalmente em língua inglesa (Rosenberg, 1979) com 10 itens. Esta escala era em formato Likert de 7 pontos, dos quais foram invertidos os itens negativos para que as maiores médias significassem maior auto-estima. Esta escala também foi submetida à validação. O $KMO = 0.83$; Teste de Esfericidade de Bartlett, $X^2 = 600,74$, $p \leq 0,001$, mostraram a adequação da amostra. A escala apresentou-se unidimensional e explicando 37,9 % da variância total. Todos os itens atingiram boa saturação na escala, sendo que a menor carga fatorial foi de 0,49, indicando que os itens tem boa representatividade do construto. O alfa de Cronbach foi de 0.81, indicando boa consistência interna e um instrumento confiável. A matriz de correlação e gráfico de Scree Plot estão em anexo (Anexo III)

Escala de Identidade Social: esta escala é composta por 4 itens, foi desenvolvida por Torres (1996) e utilizada por Paula e Torres (2001). A escala era em formato Likert de 7 pontos, dos quais foram invertidos os itens negativos para que as maiores médias significassem maior identidade. O KMO = 0.71; Teste de Esfericidade de Bartlett, $X^2 = 213,32$, $p \leq 0,001$ mostraram a adequação da amostra. A escala apresentou-se unidimensional e explicando 55,48 % da variância total. Todos os itens atingiram boa saturação na escala, sendo que a menor carga fatorial foi de 0,55, indicando que os itens têm boa representatividade do construto. Apesar de boas cargas fatoriais, o alfa de Cronbach foi baixo ($\alpha = 0.62$) indicando que o instrumento possui bons itens, no entanto, insuficientes. A matriz de correlação e gráfico de Scree Plot estão em anexo (Anexo IV).

Além das três escalas as participantes completavam os dados sócio-demográficos: idade, curso, período e a razão da escolha do curso.

Procedimento

Os professores dos cursos escolhidos foram contatados e a eles foram explicados os objetivos e procedimentos deste trabalho. Todos os professores contatados colaboraram com a pesquisa

Nos cursos femininos, os questionários foram aplicados no final das aulas, para as alunas presentes. Antes da aplicação, era solicitado aos alunos que se retirassem da sala permanecendo somente as alunas. O número de alunas variava de acordo com a frequência no dia. Nos cursos masculinos, devido à escassez de alunas, de 3 a 5 alunas por turma, usou-se o procedimento de agrupar cerca de dez a quinze alunas numa sala separada só para a aplicação do questionário. As alunas eram dispensadas das respectivas aulas no período da aplicação. Antes da distribuição do instrumento, era feito um esclarecimento explicando como responder

o questionário, as questões da confidencialidade e do caráter voluntário da pesquisa. Também era solicitado que após a aplicação e entrega dos questionários que aguardassem em sala para que fossem feitos alguns esclarecimentos. Neste *debriefing* era dito às participantes a real intenção do estudo e que existiam dois contextos diferentes e que os dados das histórias não eram reais, mas muito próximos da realidade. A aplicação coletiva dos questionários durava aproximadamente 20 minutos.

RESULTADOS

Análises preliminares

A análise dos dados desta pesquisa visou responder, fundamentalmente, a duas questões: se a percepção da discriminação generalizada se relaciona negativamente com o bem-estar, a auto-estima e a identidade e se isso é mais aparente em contextos masculinos ou em contextos femininos. Em primeiro lugar, de acordo com as recomendações de Tabachnick e Fidell (2001) foi realizada a análise do banco de dados para acuidade da entrada de dados e análises preliminares para ajuste dos dados: cálculo dos itens sem resposta (*missings*), procura de *outliers*, valores extremos e normalidade. O número de *missings* (valores faltosos) na maioria das variáveis foi de zero. A variável que apresentou uma porcentagem maior foi o controle de manipulação (2,2%). Nenhuma variável atingiu 5 %, não sendo necessário nenhum ajuste e os dados foram tratados nas análises com a opção de exclusão *pairwise*.

A técnica do gráfico de boxplot (extremos e quartis) foi utilizada para verificar os *outliers* e valores extremos. A Figura 2 apresenta o gráfico identificando os casos *outliers* (o), que é definido como estando a mais de 1,5 quartis da caixa e os valores extremos (*) com mais de 3 quartis (Kinnear & Gray, 1999). Optou-se por ajustar os casos de valores extremos,

que foram mantidos na amostra, no entanto retirou-se o valor da variável para que eles não tivessem impacto nas análises (Tabachnick & Fidell, 2001).

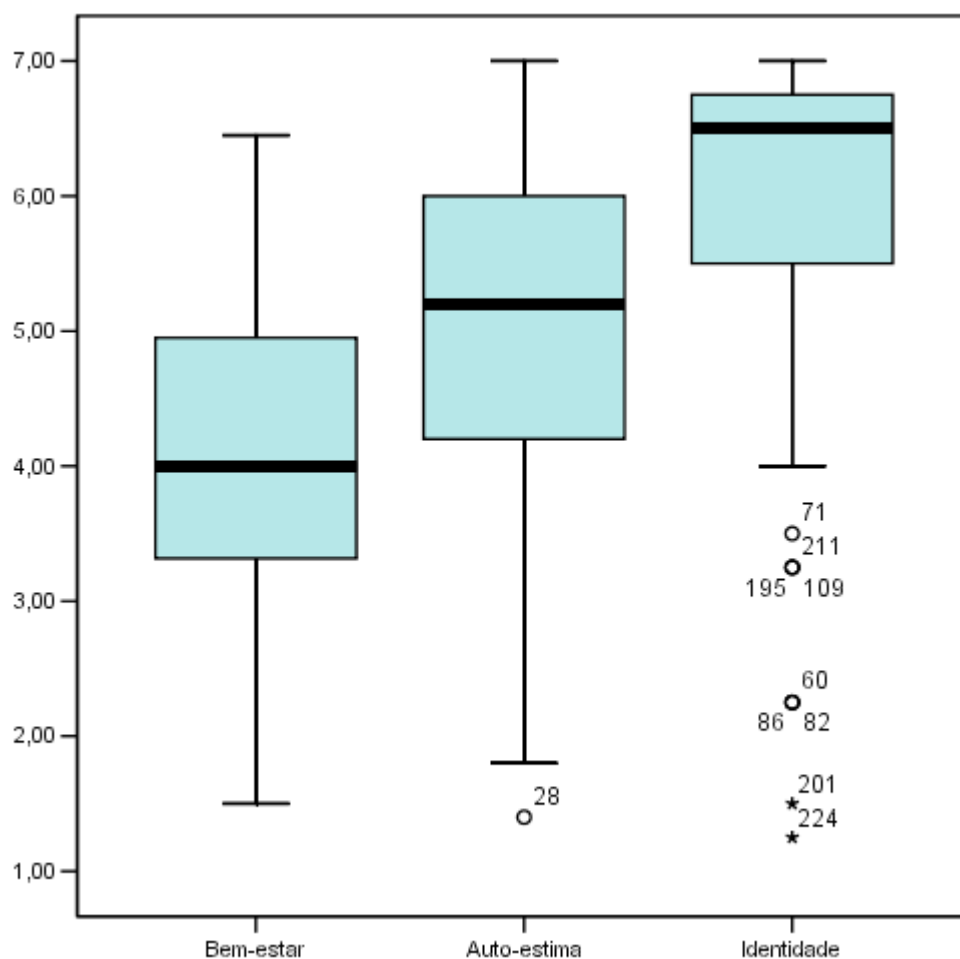


Figura 2 Boxplot de bem-estar psicológico, auto-estima e identidade social.

Manipulação dos contextos

Como foi descrito no procedimento, ao se realizar a pesquisa foi feita uma manipulação de Contexto da Discriminação. Todavia, vale aqui esclarecer o que foi denominado de Contexto de Discriminação e Contexto Social. O Contexto de Discriminação refere-se ao tipo de estória que se encontra no questionário, se uma estória com conteúdo sexista ou de conteúdo não-sexista. Já o Contexto Social diz respeito ao tipo de curso que as

participantes freqüentam, se o curso é considerado masculino ou se é considerado feminino, delimitando assim o ambiente social no qual as participantes estão inseridas.

Antes de responderem as escalas as participantes liam uma estória com um conteúdo de sexismo generalizado ou uma estória de sexismo raro. Logo após essa estória, havia uma pergunta (Controle da manipulação) na qual solicitava-se da participante sua concordância ou não do conteúdo do texto lido, ou seja, se concordavam ou não com a existência de uma sociedade sexista. Os resultados demonstram que essa manipulação teve o efeito desejado. Ou seja, aquelas participantes que leram a estória a respeito do preconceito generalizado também afirmaram que o preconceito é mais freqüente do que as participantes que leram a estória do preconceito raro (Tabela 2 e Figura 3).

Tabela 2. Dados descritivos e teste t do controle da manipulação entre o contexto da discriminação

	Contexto da discriminação	N	M	DP	t	gl	p
Controle da manipulação	Sexista generalizado	112	4,70	2,03	2,577	222	0,011
	Sexista raro	112	4,04	1,81			

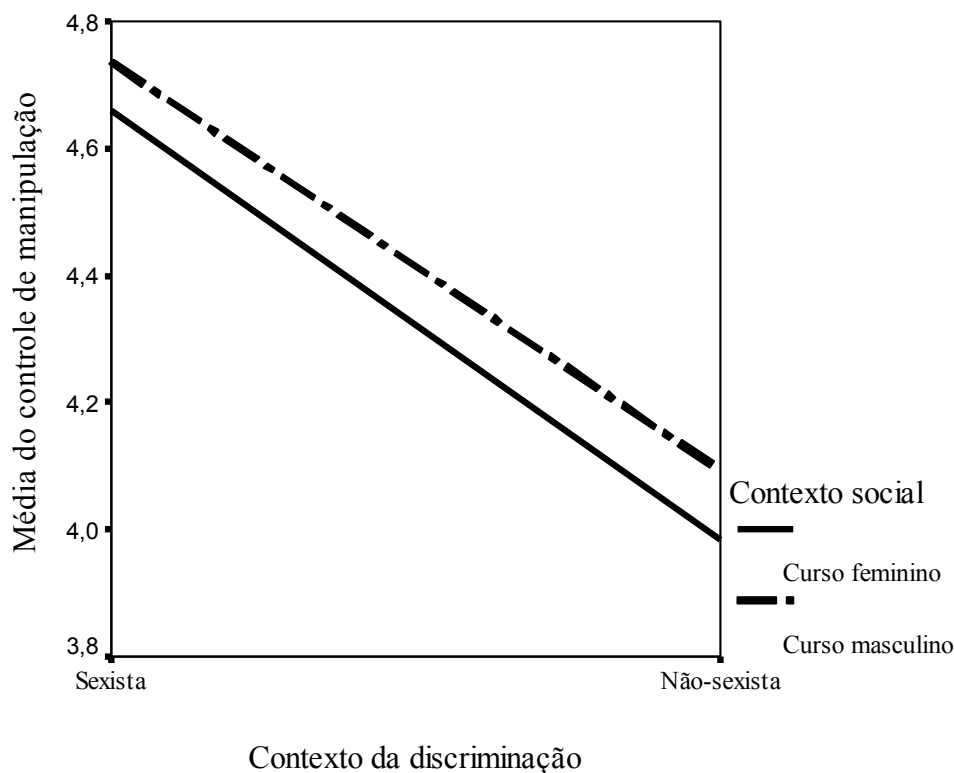


Figura 3. Gráfico de linha da média do controle de manipulação por contexto social e contexto da discriminação

No entanto, no que diz respeito ao contexto social (o tipo de curso), não houve diferença significativa na primeira análise (Tabela 3 e Figura 3). Ou seja, em todos os cursos, as participantes responderam da mesma forma, mas pode-se especular que houve uma tendência em achar que o preconceito existe na sociedade, principalmente nos cursos masculinos. Para averiguar esta hipótese realizou-se um teste t para uma amostra comparando a média da variável com o valor do ponto médio da escala. Os resultados indicaram que foi significativa a diferença ($t = 2,82$ (223), $p = 0,005$) do valor médio obtido na amostra total ($M = 4,37$; $dp = 1,94$;) e o ponto médio da escala ($M = 4$). Analisando os tipos de curso em separado não foi encontrada diferença significativa nos cursos femininos ($M = 4,32$; $dp = 1,87$). Nos cursos masculinos foi encontrada a diferença esperada ($M = 4,41$; $dp = 2,02$, $t = 2,102$ (106); $p = 0,038$)

A Tabela 3 mostra que não houve diferença significativa ($p= 0,740$) no resultado da manipulação entre o controle da manipulação e o contexto social. Dito de outra maneira, não se pode afirmar que existe relação entre o contexto de sexismo generalizado ou de sexismo raro influenciando as respostas quanto ao tipo de curso (masculino ou feminino).

Tabela 3. Dados descritivos e teste t entre o controle da manipulação e o contexto social

	Contexto social	N	M	DP	t	gl	p
Controle da manipulação	Feminino	117	4,32	1,87	-0,33	222	0,740
	Masculino	107	4,41	2,02			

Teste das hipóteses

Neste estudo testou-se o efeito do contexto social (masculino e feminino) e do contexto da discriminação (sexismo raro e sexismo generalizado) sobre o bem-estar psicológico, a auto-estima e a identidade social. Foi realizada uma análise de variância multivariada 2X2 entre estas variáveis dependentes (bem-estar psicossocial, auto-estima e identidade social) e as variáveis independentes, que eram os contextos da discriminação e o contexto social.

Foi feita uma MANOVA do pacote de programa estatístico SPSS, no qual a ordem de entrada das VIs foi contexto de discriminação e depois contexto social.

O teste multivariado MANOVA é destinado a testar a hipótese de que a variabilidade das VDs, tomadas em conjunto, depende dos grupos que definem a VI. Os valores de Lambda de Wilks encontrados para a VI contexto de discriminação foram ($\Lambda=$

0,971; $F = 2,221(3,221)$; $p = 0,087$; $\eta^2_{\text{parcial}} = 0,029$), que não confirmam a hipótese, as variabilidades das VDs em conjunto não depende da VI (contexto de discriminação). Ao analisar a VI contexto social, os valores de Lambda de Wilks apontam para uma significância ($\Lambda = 0,965$; $F = 2,666(3,221)$; $p = 0,049$; $\eta^2_{\text{parcial}} = 0,035$), mas não podemos afirmar que as VDs dependem desta VI. Como também não foi encontrada interação entre as duas VIs ($\Lambda = 0,977$; $F = 1,752(3,221)$; $p = 0,157$; $\eta^2_{\text{parcial}} = 0,023$).

Analisando as ANOVAs apresentadas como resultados suplementares da MANOVA (Tabela 4), nas quais as VDs são tomadas isoladamente em relação aos contextos de discriminação e social, pode-se afirmar que a auto-estima é a única a apresentar dados significativos.

Tabela 4. Teste dos efeitos entre os grupos (Test of Between-Subjects Effects)

Fonte	Variável Dependente	F	p
MODELO CORRIGIDO	Bem-estar	2,441	0,065
	Auto-estima	4,998	0,002
	Identidade	1,241	0,296
CONTEXTO DA DISCRIMINAÇÃO	Bem-estar	2,732	0,100
	Auto-estima	5,714	0,018
	Identidade	,004	0,947
CONTEXTO SOCIAL	Bem-estar	2,727	0,100
	Auto-estima	7,670	0,006
	Identidade	2,662	0,104
CURSO MASC. X CURSO FEM.	Bem-estar	1,952	0,164
	Auto-estima	1,523	0,218
	Identidade	1,027	0,312

As Tabelas 5, 6 e 7 mostram os dados descritivos ao se fazer a relação entre cada uma das variáveis dependentes (bem-estar psicossocial, auto-estima e identidade social) e as variáveis independentes (contexto da discriminação e contexto social).

Tabela 5. Dados descritivos do bem-estar psicossocial em função do contexto da discriminação e do contexto social

	Contexto da discriminação	Contexto social	M	DP
Bem-estar	Sexismo generalizado	Feminino	3,99	1,07
		Masculino	4,03	1,13
		Total	4,01	1,09
	Não-sexista	Feminino	4,03	0,99
		Masculino	4,40	1,07
		Total	4,21	1,04
	Total	Feminino	4,01	1,03
		Masculino	4,22	1,11
		Total	4,11	1,07

Tabela 6. Dados descritivos da auto-estima em função do contexto da discriminação e do contexto social

	Contexto da discriminação	Contexto social	M	DP
Auto-estima	Sexismo generalizado	Feminino	4,79	1,25
		Masculino	4,98	1,08
		Total	4,88	1,17
	Não-sexista	Feminino	4,99	1,03
		Masculino	5,49	1,07
		Total	5,24	1,08
	Total	Feminino	4,88	1,15
		Masculino	5,24	1,10
		Total	5,06	1,14

Em relação a variável identidade social, o contexto social parece representar um fator de diferença estabelecendo uma tendência de ser melhor percebido pelas mulheres em um contexto sexista. Como pode ser visualizado na Tabela 7, a média tende a crescer de um contexto sexista para um não sexista nos cursos femininos e decrescer nos cursos masculinos.

Tabela 7. Dados descritivos da identidade social em função do contexto da discriminação e do contexto social

	Contexto da discriminação	Contexto social	M	DP
Identidade	Sexista	Feminino	6,05	0,80
		Masculino	6,33	0,78
		Total	6,18	0,80
	Não-sexista	Feminino	6,18	0,90
		Masculino	6,13	0,97
		Total	6,16	0,93
	Total	Feminino	6,11	0,85
		Masculino	6,23	0,89
		Total	6,17	0,86

A Figura 4 possibilita visualizar melhor como a média da auto-estima cresce de um contexto sexista generalizado para um contexto sexista raro e também como isso acontece de um modo mais significativo no ambiente masculino.

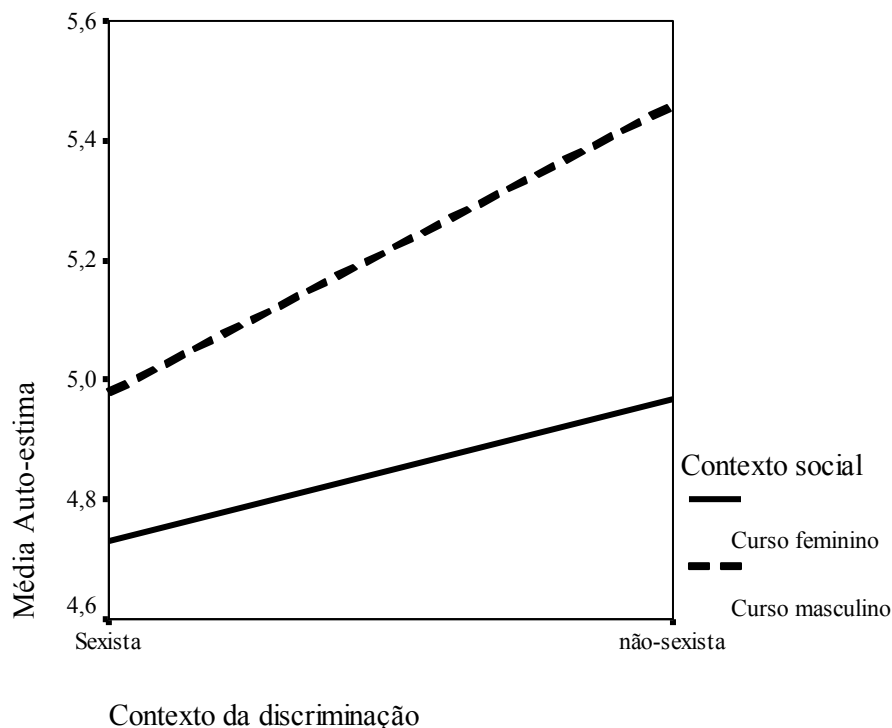


Figura 4. Gráfico de linha da média da auto-estima pelo contexto social e contexto da discriminação

Análise da percepção da discriminação

Esta análise se dedica a averiguar se houve por parte das participantes a percepção do contexto de discriminação generalizada ou de rara discriminação. Para isso, a amostra foi dividida em dois subgrupos, tendo como fator de divisão o ponto médio da escala (4). Assim, temos que as participantes que marcaram abaixo de 4 disseram que não percebiam a discriminação. As que marcaram acima de 4 afirmaram que percebiam sua existência. Depois de feita essa divisão, comparou-se as médias dos dois sub-grupos nas três variáveis independentes. Os dados na Tabela 8 mostram então que o fato de perceber que existe discriminação contra a mulher no ambiente de trabalho afeta duas das variáveis estudadas: assim, as participantes que percebem a existência da discriminação têm níveis mais baixos de

bem estar psicossocial e de auto-estima. A variável identidade social não foi afetada pela percepção da discriminação.

Tabela 8. Dados descritivos e teste estatístico do bem-estar, auto-estima e identidade em função da percepção da discriminação

	PG02	M	DP	F	gl	p
Bem-estar	Não percebe a discriminação	4,26	0,95	5,290	1,220	0,033
	Percebe a discriminação	3,95	1,18			
	Total	4,11	1,08			
Auto-estima	Não percebe a discriminação	5,26	1,04	9,448	1,220	0,002
	Percebe a discriminação	4,79	1,23			
	Total	5,03	1,16			
Identidade	Não percebe a discriminação	6,20	0,85	1,979	1,220	0,161
	Percebe a discriminação	6,01	1,09			
	Total	6,10	0,98			

DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar se as mulheres percebem que vivem numa sociedade que as discrimina de modo generalizado e se esta percepção afeta seu bem-estar psicossocial, sua auto-estima e sua identidade. Levantou-se a hipótese de que a percepção de viver numa sociedade preconceituosa afeta negativamente estes referenciais emocionais de modo significativo. Compreendemos que este tema apresenta uma relevância social uma vez que trata da situação social da mulher, ainda pouco reconhecida numa sociedade machista, apesar das conquistas, principalmente no campo do trabalho serem evidentes. Também, por se tratar de um tema ainda pouco estudado na psicologia social do

Brasil, acreditamos que este estudo deixa uma relevância teórica posto que reúne importantes teorias sociais sobre preconceito e deixa uma contribuição para estudos posteriores.

De fato, o preconceito sempre existiu, no entanto, teoricamente, ele passa a se configurar como um construto a partir dos estudos sobre racismo da década de 1920. Todavia, é importante notar que as teorias de preconceito, de um modo geral, ao enfatizarem a perda da qualidade de vida dos grupos minoritários representada pelos referenciais de bem-estar psicossocial, trazem uma contribuição para a saúde, pois denotam o efeito negativo que a vivência do preconceito exerce sobre a saúde dos grupos minoritários. Como vimos anteriormente, ao serem expostas a um contato maior com os homens nas relações de trabalho e não perceberem a discriminação diminuída, as mulheres sofrem (Allport, 1954), ao receberem uma repressão maior e conseqüente agressão por parte dos grupos majoritários, as mulheres sofrem (Adorno e cols,1950); ao perceberem que o seu grupo de identificação e conseqüente pertença é um grupo que sofre discriminação, as mulheres sofrem (Tajfel, 1981). Por isso temos como medidas os referenciais de bem-estar psicossocial, auto-estima e identidade social.

A partir de uma amostra tentou-se resolver o problema central deste estudo, alicerçado em três pilares. Primeiro, se a mulher percebe que vive numa sociedade que a discrimina de modo generalizado. Vimos que esta hipótese foi confirmada uma vez que as mulheres que responderam questionários com o contexto de discriminação sexista generalizado apresentaram médias maiores do que as que responderam questionários com estória de sexismo raro. Este resultado foi semelhante ao de Schmitt e cols. (2003).

Segundo, se a percepção da sociedade sexista se relaciona negativamente com o bem-estar psicossocial, com a auto-estima e com a identificação social. Ficou comprovado que além da mulher perceber que vive numa sociedade sexista de modo generalizado, elas apresentam índices menores de bem-estar psicossocial e auto-estima. Vale ressaltar que os

dados demonstram que não é apenas o fato de viver numa sociedade sexista em si, que afeta a saúde da mulher, aqui representada no seu bem-estar psicossocial e auto-estima, mas a interpretação que ela faz deste contexto. É a percepção ativa de que seu papel social, representado nas relações de trabalho, quando considerado diminuído e desqualificado, que vai afetar sua saúde.

Terceiro, se essa percepção, de uma sociedade sexista, é mais freqüente num contexto social masculino ou feminino. Os dados apontam para uma diferença significativa nos cursos masculinos, confirmando a hipótese de que num ambiente social masculino a percepção do preconceito seria maior. Vejamos como esses resultados se apresentam na teoria.

Ao afirmarem que a percepção da discriminação generalizada produz efeitos negativos na vida emocional da mulher, Schmitt e cols. (2003) revelam que o dia-a-dia da mulher fica comprometido no que diz respeito ao seu bem-estar psicossocial, tanto na esfera doméstica quanto na social ela passa a se sentir desvalorizada e excluída da sociedade. De um modo geral, ao desempenhar atividades laborais domésticas ou sociais, a mulher sofre discriminação. Em nosso estudo, os dados comprovam parte da afirmativa supra citada. De fato elas se percebem em um ambiente sexista, entretanto, não se pode afirmar que isto esteja relacionado com sua vida emocional. Esta hipótese não pôde ser confirmada uma vez que não foi possível comprovar estatisticamente a correlação entre as VDs (bem-estar psicossocial, auto-estima e identidade social) e as VIs (Contextos de sexismo generalizado / raro e contextos masculino / feminino). Entretanto, quando se usa a percepção concreta da existência da discriminação os resultados são significativos.

No entanto, nos vemos diante de dados ambíguos uma vez que a média da auto-estima se apresenta maior no contexto de sexismo raro, conforme uma de nossas hipóteses. Mas esperávamos que ela fosse maior no ambiente feminino e os dados mostram que ela é

maior no ambiente masculino. Esta ambivalência dos resultados nos leva a pensar que os dados repetem as situações sociais da mulher, que por vezes é valorizada e em outras situações é desqualificada. Encontramos no trabalho de Possatti e Dias (2002), fundamentos para afirmar que a multiplicidade dos papéis desempenhados pela mulher na sociedade pode afetar positiva ou negativamente sua saúde física e mental. Segundo os referidos autores, a mulher, além de receber a discriminação, desfruta também de privilégios e recompensas sociais pelo seu esforço e desempenho no trabalho realizado. Isto nos leva a reinterpretar os dados apontados por nossa pesquisa. É possível que as mulheres estejam percebendo tanto os privilégios como as recompensas sociais, além da discriminação generalizada que a sociedade insiste em fazer.

De modo semelhante, observamos que em relação a variável identidade social, o Contexto Social parece representar um fator de diferença estabelecendo uma tendência de ser melhor percebido pelas mulheres em um Contexto de Discriminação sexista. A média tende a crescer de um contexto sexista para um não sexista nos cursos femininos e decrescer nos cursos masculinos. Ao afirmar que a avaliação que os alunos fazem dos professores é influenciada pela classificação da profissão em masculina ou feminina, Carvalho (2003) afirma que o local social determina a situação de minorias sociais e as conseqüentes práticas discriminatórias deles decorrentes pelo preconceito. A identificação social das participantes apresenta média maior no contexto social feminino de rara discriminação. Isto quer dizer que a mulher no seu lugar social se identifica mais com seus semelhantes porque percebe um grupo social que discrimina menos os seus iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção da discriminação generalizada, que foi manipulada neste estudo, é uma prática preconceituosa que afeta fortemente a saúde de um modo geral, mas principalmente a situação emocional da mulher na sociedade colocando-a numa condição de não se sentir pertencendo a este meio de um modo igualitário (Schmitt e cols., 2003). Em outras palavras, nesta sociedade, a mulher vale menos em comparação ao homem e isto é notado, principalmente, quando observamos as relações de gênero nas atividades laborais e conseqüentemente no ambiente profissional. Este espaço, que é determinado socialmente, é destinado originalmente aos homens (Carvalho, 2003). Todavia, a sociedade passa gradualmente por transformações que alteram a ordem natural de funcionamento dos papéis de cada um. A transformação a que nos referimos neste trabalho, que é entrada e permanência da mulher neste espaço masculino – o mercado de trabalho, ainda não se aquietou porque toca em valores sociais muito sólidos e que por sua vez trazem uma estabilidade para a sociedade. Parece que a fórmula homem = trabalho, mulher = família não deveria ser modificada (Baptista, 1995). A partir do momento que isto é alterado a mesma sociedade que se transforma, discrimina o alvo desta transformação que justamente coincide com quem tem menos valor e posição social. A desestabilização causada com o trabalho feminino e o seu conseqüente ingresso nas escolas se qualificando e habilitando profissionalmente trouxe como herança malévola a discriminação e exclusão social.

O bem-estar psicossocial e a auto-estima são dois referenciais de saúde psicológica considerados significativos na avaliação emocional. É importante notar que ficou comprovado que estes referenciais ficaram alterados denotando que de alguma maneira a sociedade não está contribuindo com a mulher socialmente, pelo contrário. Os pontos fracos deste trabalho devem ser reconsiderados em trabalhos futuros posto que não pudemos

confirmar a correlação entre as variáveis que levantamos como possíveis causadores deste fenômeno, mas talvez possamos deixar algumas inquietações para estudos posteriores. Ao estudarmos o preconceito sutil proposto por Pettigrew e Meertens (1995), percebemos como a sociedade se comporta de modo ambíguo em relação ao trabalho da mulher e juntamente com o estudo de Possatti e Dias (2002), que demonstra que a mulher percebe também as recompensas sociais nesta multiplicidade de papéis desempenhados em suas atividades laborais, é que pensamos que reside a questão dos referenciais emocionais em nosso trabalho. Confusas e ambíguas, como a percepção da sociedade discriminadora, estão também a auto-estima e o bem-estar psicossocial.

Acreditamos que este estudo não se encerra aqui, assim como não se encerram as inquietações sobre o trabalho feminino, nem tampouco as discriminações que as mulheres ainda sofrerão na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Baptista, S. M. S. (1995). *Maternidade e profissão: oportunidades de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Brown, R. (1995). *Prejudice – It's social psychology*. Oxford. U.K: Blackwell.
- Bruschini, C. & Lombardi, M. R. (1999) Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. *Estudos Feministas*, ano 7, 9- 24.
- Camillo-Coura, L., Castro, C. L. M. & Camillo-Coura, L. (1995). Mulher médica: a discriminação profissional. *Anuário da Academia Nacional de Medicina*, 155 (3): 135-139.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 13-36
- Carvalho, R. M. (2003). *Gênero e docência universitária: influência da percepção da classificação de profissões em masculinas e femininas na avaliação do professor universitário*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO.
- De Souza, E., Baldwin, J. R. & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: reflexão e crítica*, 13(3), 485-496
- Doise, W. (1986). *Levels of explanation in social psychology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 27-35.
- Falcão, L. C., Maracáipe, R., Pereira, A. S. & Torres, A. R. R. (2004). Preconceito e psicologia social. *Estudos*, 31, 617-636.
- Formiga, N. S., Gouveia, V. V. & Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, 7, 103-111.
- Gardey, D. (2003). Perspectivas históricas. Em Maruani, M e Hirata, H. (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade – homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, SP: SENAC editora.
- Guimarães, A. S. A. (1999). Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista brasileira de ciências sociais*, 14,103-117.

Holzmann, L. (2000). Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. *Sociologias*, 2, 258-273

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2002). Pesquisa nacional por amostra de domicílio.

Instituto Ethos (2003). Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas.

IPEA (2005) Boletim de Conjuntura IPEA, Rio de Janeiro, n.38, jul. 1997, p.43-45

Leyens, J. Ph., Paladino, P., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 186-197.

Leyens, J. Ph., Cortes, B. P., Demoulin, S., Dovidio, J., Fiske, S. T. & Gaunt, R. (2003). Emotional prejudice, essentialism, and nationalism. *European Journal of Social Psychology*, 33, 703-717.

Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004) As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia*, 9(3), 401- 411.

Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 11-19

Maldonado, M. T. (1997). *Psicologia da gravidez: parto e puerpério*. São Paulo: Saraiva.

Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. 2. ed. Lisboa: Editora Símbolo, p. 508

Marques, A. M. & Amâncio, L. (2003). *Julgar a mudança: a magistratura judicial numa perspectiva de gênero*. Anais da III jornada internacional e I conferência brasileira sobre representações sociais, p.1089.

Maruani, M. & Hirata, H. (2003). *As novas fronteiras da desigualdade – homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora.

Myers, D. G. (1996). *Social psychology*, New York: McGraw-hill. 5a. Edição

Paula, M. A. P. L. & Torres, A. R. (2001). Identidade social e o envolvimento em acidentes de trânsito. *Estudos Vida e Saúde*, v. 28, n. 4, p. 717-747.

Pek, J. C. X. & Leong, F. T. L. (2003). Sex-related self-concepts, cognitive styles and cultural values of traditionality-modernity as predictors of general and domain-specific sexism. *Asian Journal of Social Psychology*, 6, 31-49.

Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas / coordenação Benjamin S. Gonçalves. – São Paulo: Instituto Ethos, 2003

Pettigrew, F. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

Possatti, I. C. & Dias, M. R. (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto alegre, 15,, 239-301.

Rabelo, I. V. M. & Torres, A. R. R. . Trabalhadores em saúde mental: relações entre práticas profissionais e bem-estar físico e psicológico (trabalho aceito para publicação). *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. XX, n. Xx, p. XX-XX, 2005.

Rabelo, I. V. M. & Torres, A. R. R. . Os significados da reforma psiquiátrica para os trabalhadores de saúde mental de Goiânia (aceito para publicação). *Psicologia em Estudo*, Campinas - São Paulo, v. 23, p. XX-XX, 2006.

Rodrigues, A. (1972). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (1999). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes

Rodrigues, F. & Amâncio, L. (2003). *Articulações entre gênero e poder uma abordagem exploratória*. Anais da III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. p. 1085-1100.

Rokeach, M. The open and closed mind. New York: Basic Books, 1960.

Rosenberg, M. (1979). *Conceiving the self*. New York: Basic Books.

Schmitt, M. T., Branscombe, N. R. & Postmes, T. (2003). Women's emotional responses to the pervasiveness of gender discrimination. *European Journal of Social Psychology*, 33, 297-312.

Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Torres, A. R. R. (1996). Exploring Group Diversity: Relationships between Ingroup Identification and Ingroup Bias, *Tese de doutorado não publicada*. University of Kent at Canterbury (Grã-Bretanha).

Anexos

Anexo I

Cara Aluna,

Estamos desenvolvendo um estudo a respeito de como as estudantes universitárias se sentem em relação às suas escolhas profissionais.

A finalidade deste estudo consiste em fazer uma pesquisa acadêmica na área de Psicologia Social e do Trabalho e gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo o questionário em anexo. Ele está dividido em partes e cada uma delas possui uma explicação de como os itens devem ser respondidos.

Precisamos que você responda o questionário com sinceridade e procure **NÃO DEIXAR NENHUMA QUESTÃO EM BRANCO.**

Por favor **NÃO ESQUEÇA** de devolver o questionário.

As suas respostas são confidenciais e pedimos que não escreva seu nome.

Lembre-se que não há respostas certas ou erradas. Todas são corretas, desde que correspondam exatamente ao que você pensa.

Esperamos poder contar com a sua ajuda.

Desde já o nosso sincero obrigado!

Primeiramente, leia o parágrafo abaixo e reflita sobre as informações que estão contidas nele:

Como você já deve saber, a discriminação contra as mulheres está se tornando menos comum em muitas áreas importantes da vida. Hoje as mulheres enfrentam discriminação com menos frequência no trabalho, nas questões salariais, na educação, na política, na justiça e nas interações interpessoais do dia-a-dia. Muitos economistas predisseram que os salários dos homens e das mulheres, que trabalham em funções semelhantes, seriam iguais no ano de 2005. Pesquisas recentes de psicologia têm mostrado que entre 90 e 95% dos homens mantêm atitudes não-sexistas e se recusam a discriminar as mulheres mesmo se têm a oportunidade de fazê-lo. Os homens geralmente vêem as mulheres como competentes, racionais e fortes. Em uma pesquisa com homens brasileiros, feita no ano passado, somente 6,5% disseram que acham que as mulheres deveriam ficar em casa e cuidar das crianças.

Você concorda que a maioria dos homens ainda pensa dessa forma?

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **Concordo totalmente**

Abaixo temos uma série de questões relacionadas com o seu bem-estar físico e psicológico. Gostaríamos que você se concentrasse em você mesmo e respondesse cada uma delas o mais sincero possível.

1. Em geral, como você tem se sentido? (durante o último mês)
Excelente 1 2 3 4 5 6 7 **Péssimo**
Humor **Humor**
2. Você esteve nervosa? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
3. Você tem sentido que seus comportamentos, pensamentos e sentimentos estão sob o seu controle? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
4. Você tem se sentido triste, desencorajada, desanimada ou tido muitos problemas que a tem preocupado? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
5. Você tem estado sob tensão ou estresse ? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
6. O quanto você tem estado feliz, satisfeita ou contente com sua vida pessoal? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
7. Você tem tido razão para pensar que está perdendo o controle sobre o seu modo de agir, falar, pensar ou sentir? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
8. Você tem estado ansiosa, preocupada ou indisposta? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
9. Você tem acordado bem disposta e descansada? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
10. Você tem sido perturbada por alguma doença, dores ou medos sobre sua saúde? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
11. Sua vida diária tem sido cheia de coisas interessantes? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
12. Você tem se sentido deprimida? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
13. Você tem se sentido emocionalmente estável e segura de si? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**

14. Você tem se sentido cansada, esgotada ou exausta? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
15. Quanto você tem estado preocupada com sua saúde? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
16. Quanta energia e vitalidade você tem sentido? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
17. Você tem tido problemas pessoais, emocionais, comportamentais que a tenha feito sentir necessidade de ajuda? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
18. Quanto você tem estado relaxada ou tensa? (durante o último mês)
Relaxado 1 2 3 4 5 6 7 **Tenso**
19. Você tem estado deprimida ou alegre? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Muito**
deprimido alegre
20. Você tem sentido que vai ter, ou está perto de ter um esgotamento nervoso?
1 **Sim, durante o** 2 **Sim, há mais de** 3 **Não**
ano passado **um ano atrás**

Para responder esta parte do questionário, pense em como você se sente em relação a você mesma. Quais são seus sentimentos mais frequentes em relação a você mesma. Por favor, circule o número que melhor demonstra a sua opinião.

1. Eu sinto que sou uma pessoa que tem o mesmo valor que as outras pessoas.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
2. Eu acho que possuo um grande número de boas qualidades.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
3. Às vezes sinto que sou um completo fracasso.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
4. Eu me sinto capaz de fazer as tarefas a mim destinadas tão bem quanto qualquer outra pessoa.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
5. Eu sinto que, na minha vida, não tenho muita coisa de que me orgulhar
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente

6. Eu sempre tenho uma atitude positiva em relação a mim mesma.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
7. De uma maneira geral, me sinto satisfeita comigo mesma.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
8. Eu gostaria de ter um pouco mais de amor próprio.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
9. Às vezes, eu sinto que não sirvo para nada.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
10. Às vezes, eu me sinto a melhor pessoa do mundo.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente

Para responder esta parte do questionário, pense em você enquanto ALUNA DO SEU CURSO. Nós gostaríamos de saber seus sentimentos sobre esse fato. Por favor, circule o número que melhor demonstra a sua opinião.

1. Para mim, é importante ser aluna do meu curso.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
2. Eu me sinto próxima às outras alunas do meu curso.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
3. Às vezes, sinto vergonha em dizer que sou aluna do meu curso.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
4. Eu estou satisfeita em ser aluna do meu curso.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente

Dados demográficos

Para finalizar, solicitamos algumas informações sobre seus dados pessoais. Por favor, não deixe nenhum item em branco para não inviabilizar o tratamento estatístico dos dados. Lembre-se que nenhuma informação de natureza pessoal será divulgada.

Sua idade:anos.

Seu curso:.....Período que está matriculada:.....

Cite a principal razão para você ter escolhido fazer este curso:

.....

.....

.....

.....

Muito obrigado por sua colaboração!

Cara Aluna,

Estamos desenvolvendo um estudo a respeito de como as estudantes universitárias se sentem em relação às suas escolhas profissionais.

A finalidade deste estudo consiste em fazer uma pesquisa acadêmica na área de Psicologia Social e do Trabalho e gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo o questionário em anexo. Ele está dividido em partes e cada uma delas possui uma explicação de como os itens devem ser respondidos.

Precisamos que você responda o questionário com sinceridade e procure **NÃO DEIXAR NENHUMA QUESTÃO EM BRANCO**.

Por favor **NÃO ESQUEÇA** de devolver o questionário.

As suas respostas são confidenciais e pedimos que não escreva seu nome.

Lembre-se que não há respostas certas ou erradas. Todas são corretas, desde que correspondam exatamente ao que você pensa.

Esperamos poder contar com a sua ajuda.

Desde já o nosso sincero obrigado!

Primeiramente, leia o parágrafo abaixo e reflita sobre as informações que estão contidas nele:

Como você já deve saber, as mulheres ainda enfrentam discriminação generalizada em muitas áreas importantes da vida. As mulheres ainda enfrentam rotineiramente discriminação e desigualdade no trabalho, em questões salariais, na educação, na política, na justiça e nas interações interpessoais do dia-a-dia. Mulheres recebem só 70% do que os homens ganham, mesmo com o mesmo emprego e mesma experiência. Pesquisas recentes de psicologia têm mostrado que entre 90 e 95% dos homens mantêm atitudes sexistas e discriminam as mulheres quando têm a oportunidade de fazê-lo. Os homens geralmente classificam as mulheres como incompetentes, irracionais e fracas. Em uma pesquisa com homens brasileiros, feita no ano passado, mais de 65% disseram que acham que as mulheres deveriam ficar em casa e cuidar das crianças.

Você concorda que a maioria dos homens ainda pensa dessa forma ?

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **Concordo totalmente**

Abaixo temos uma série de questões relacionadas com o seu bem-estar físico e psicológico. Gostaríamos que você se concentrasse em você mesmo e respondesse cada uma delas o mais sincero possível.

1. Em geral, como você tem se sentido? (durante o último mês)
Excelente 1 2 3 4 5 6 7 **Péssimo**
Humor **Humor**
2. Você esteve nervosa? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
3. Você tem sentido que seus comportamentos, pensamentos e sentimentos estão sob o seu controle? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
4. Você tem se sentido triste, desencorajada, desesperançada ou tido muitos problemas que a tem preocupado? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
5. Você tem estado sob tensão ou estresse ? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
6. O quanto você tem estado feliz, satisfeita ou contente com sua vida pessoal? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
7. Você tem tido razão para pensar que está perdendo o controle sobre o seu modo de agir, falar, pensar ou sentir? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
8. Você tem estado ansiosa, preocupada ou indisposta? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
9. Você tem acordado bem disposta e descansada? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
10. Você tem sido perturbada por alguma doença, dores ou medos sobre sua saúde? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
11. Sua vida diária tem sido cheia de coisas interessantes? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
12. Você tem se sentido deprimida? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
13. Você tem se sentido emocionalmente estável e segura de si? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**

14. Você tem se sentido cansada, esgotada ou exausta? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
15. Quanto você tem estado preocupada com sua saúde? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
16. Quanta energia e vitalidade você tem sentido? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
17. Você tem tido problemas pessoais, emocionais, comportamentais que a tenha feito sentir necessidade de ajuda? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Nenhum Pouco**
18. Quanto você tem estado relaxada ou tensa? (durante o último mês)
Relaxado 1 2 3 4 5 6 7 **Tenso**
19. Você tem estado deprimida ou alegre? (durante o último mês)
Muito 1 2 3 4 5 6 7 **Muito**
deprimido **alegre**
20. Você tem sentido que vai ter, ou está perto de ter um esgotamento nervoso?
1 Sim, durante o **2 Sim, há mais de** **3 Não**
ano passado **um ano atrás**

Para responder esta parte do questionário, pense em como você se sente em relação a você mesma. Quais são seus sentimentos mais frequentes em relação a você mesma. Por favor, circule o número que melhor demonstra a sua opinião.

1. Eu sinto que sou uma pessoa que tem o mesmo valor que as outras pessoas.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
2. Eu acho que possuo um grande número de boas qualidades.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
3. Às vezes sinto que sou um completo fracasso.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
4. Eu me sinto capaz de fazer as tarefas a mim destinadas tão bem quanto qualquer outra pessoa.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente
5. Eu sinto que, na minha vida, não tenho muita coisa de que me orgulhar
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**
totalmente

6. Eu sempre tenho uma atitude positiva em relação a mim mesma.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

7. De uma maneira geral, me sinto satisfeita comigo mesma.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

8. Eu gostaria de ter um pouco mais de amor próprio.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

9. Às vezes, eu sinto que não sirvo para nada.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

10. Às vezes, eu me sinto a melhor pessoa do mundo.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

Para responder esta parte do questionário, pense em você enquanto ALUNA DO SEU CURSO. Nós gostaríamos de saber seus sentimentos sobre esse fato. Por favor, circule o número que melhor demonstra a sua opinião.

1. Para mim, é importante ser aluna do meu curso.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

2. Eu me sinto próxima às outras alunas do meu curso.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

3. Às vezes, sinto vergonha em dizer que sou aluna do meu curso.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

4. Eu estou satisfeita em ser aluna do meu curso.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **concordo**

Dados demográficos

Para finalizar, solicitamos algumas informações sobre seus dados pessoais. Por favor, não deixe nenhum item em branco para não inviabilizar o tratamento estatístico dos dados. Lembre-se que nenhuma informação de natureza pessoal será divulgada.

Sua idade:anos.

Seu curso:.....Período que está matriculada:.....

Cite a principal razão para você ter escolhido fazer este curso:

.....

.....

.....

.....

Muito obrigado por sua colaboração!

Anexo II

Validação da Escala de Bem-estar

Item	Carga fatorial	h ²
1. Em geral, como você tem se sentido? (durante o último mês)	-0,69	0,541
2. Você esteve nervosa? (durante o último mês)	0,45	0,195
3. Você tem sentido que seus comportamentos, pensamentos e sentimentos estão sob o seu controle? (durante o último mês)	-0,62	0,386
4. Você tem se sentido triste, desencorajada, desesperançada ou tido muitos problemas que a tem preocupado? (durante o último mês)	0,70	0,504
5. Você tem estado sob tensão ou estresse ? (durante o último mês)	0,72	0,466
6. O quanto você tem estado feliz, satisfeita ou contente com sua vida pessoal? (durante o último mês)	-0,61	0,417
7. Você tem tido razão para pensar que está perdendo o controle sobre o seu modo de agir, falar, pensar ou sentir? (durante o último mês)	0,62	0,318
8. Você tem estado ansiosa, preocupada ou indisposta? (durante o último mês)	0,71	0,479
9. Você tem acordado bem disposta e descansada? (durante o último mês)	-0,56	0,305
10. Você tem sido perturbada por alguma doença, dores ou medos sobre sua saúde? (durante o último mês)	0,39	0,148
11. Sua vida diária tem sido cheia de coisas interessantes? (durante o último mês)	-0,58	0,333
12. Você tem se sentido deprimida? (durante o último mês)	0,79	0,618
13. Você tem se sentido emocionalmente estável e segura de si? (durante o último mês)	-0,76	0,606
14. Você tem se sentido cansada, esgotada ou exausta? (durante o último mês)	0,69	0,454
15. Quanto você tem estado preocupada com sua saúde? (durante o último mês)	0,08	0,006
16. Quanta energia e vitalidade você tem sentido? (durante o último mês)	-0,73	0,512
17. Você tem tido problemas pessoais, emocionais, comportamentais que a tenha feito sentir necessidade de ajuda? (durante o último mês)	0,59	0,108
18. Quanto você tem estado relaxada ou tensa? (durante o último mês)	-0,79	0,597
19. Você tem estado deprimida ou alegre? (durante o último mês)	0,77	0,548
20. Você tem sentido que vai ter, ou está perto de ter um esgotamento nervoso?	0,41	0,208

Tabela Matriz de componente da Escala de Bem-estar.

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

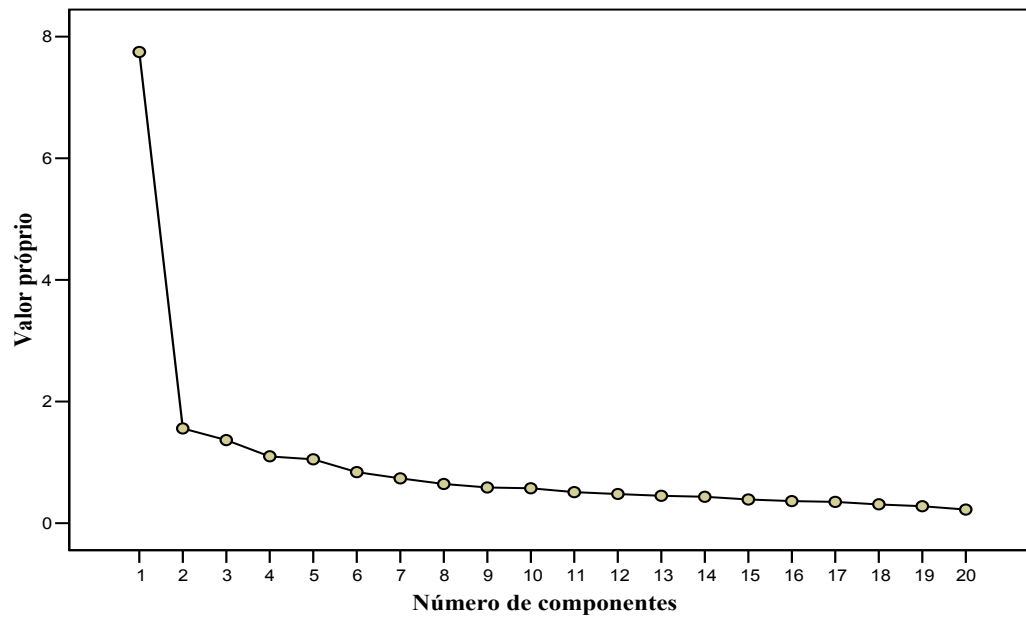


Figura Gráfico de Scree

Anexo III

Validação da Escala de Auto-estima de Rosenberg

Tabela Matriz de componente da Escala de Auto-estima de Rosenberg

Item	Carga fatorial	h^2
1. Eu sinto que sou uma pessoa que tem o mesmo valor que as outras pessoas.	,48	,246
2. Eu acho que possuo um grande número de boas qualidades.	,63	,370
3. Às vezes sinto que sou um completo fracasso.	-,41	,241
4. Eu me sinto capaz de fazer as tarefas a mim destinadas tão bem quanto qualquer outra pessoa.	,62	,340
5. Eu sinto que, na minha vida, não tenho muita coisa de que me orgulhar	-,58	,362
6. Eu sempre tenho uma atitude positiva em relação a mim mesma.	,77	,577
7. De uma maneira geral, me sinto satisfeita comigo mesma.	,83	,609
8. Eu gostaria de ter um pouco mais de amor próprio.	-,55	,330
9. Às vezes, eu sinto que não sirvo para nada.	-,70	,484
10. Às vezes, eu me sinto a melhor pessoa do mundo.	,49	,239

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

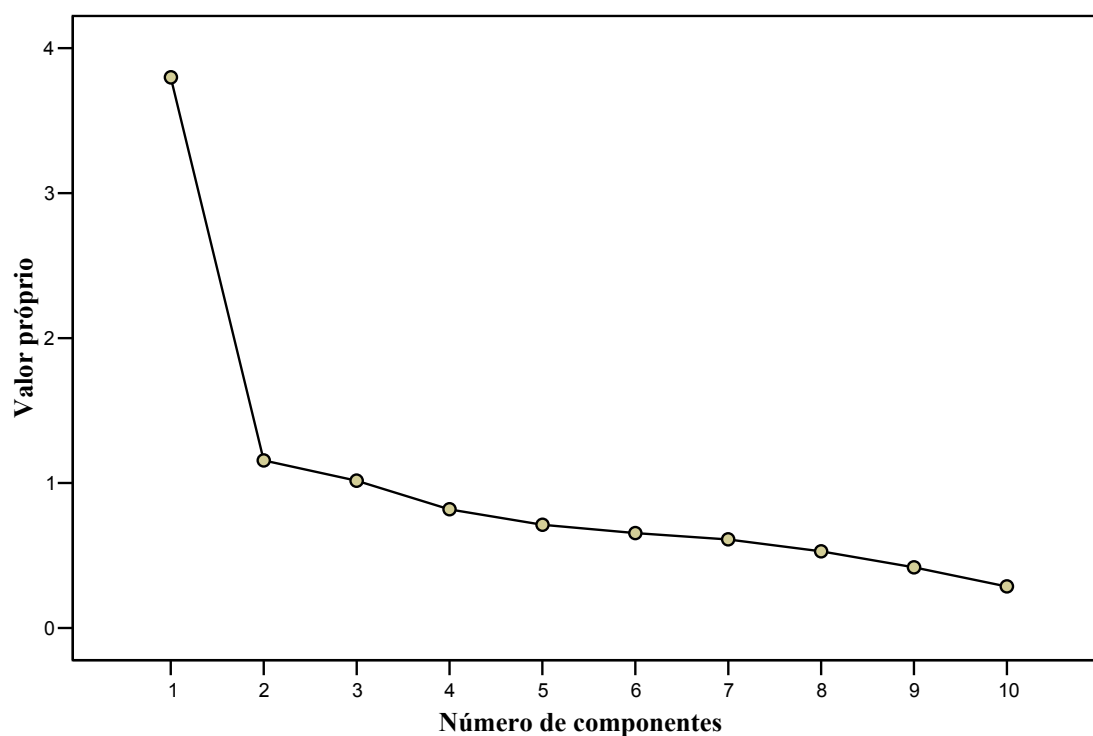


Figura Gráfico de Scree

Anexo IV

Validação da Escala de Identidade Social

Tabela Matriz de componente da Escala de Identidade Social

Item	Carga fatorial	h^2
1. Para mim, é importante ser aluna do meu curso.	,80	,711
2. Eu me sinto próxima às outras alunas do meu curso.	,49	,302
3. Às vezes, sinto vergonha em dizer que sou aluna do meu curso.	-,69	,505
4. Eu estou satisfeita em ser aluna do meu curso.	,83	,700

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

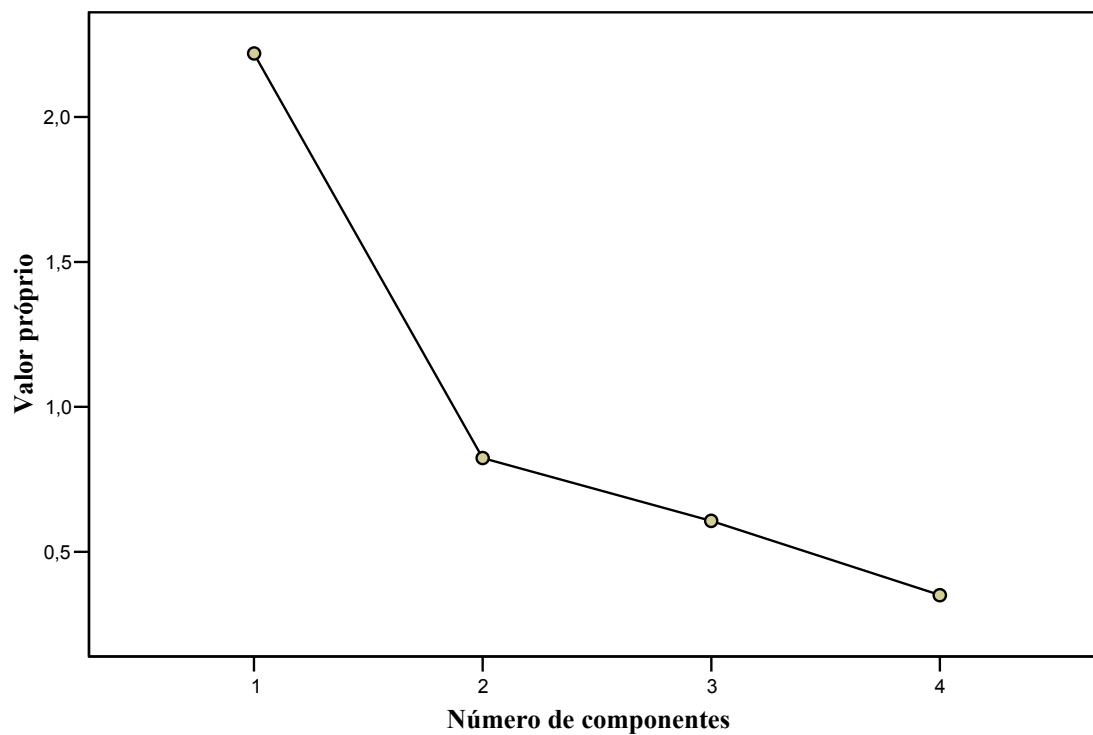


Figura Gráfico de Scree